

A MÃE DE TODAS AS GUERRAS

Consequências a longo prazo das opções estratégicas aliadas no Teatro de Operações do Mediterrâneo na Primeira Guerra Mundial

THE MOTHER OF ALL WARS

Long term consequences of the Allied Mediterranean strategy in the Great War

Nuno Correia Neves

Coronel de Infantaria

Chefe de Gabinete do Diretor

Instituto de Estudos Superiores Militares

Investigado Integrado do CISDI

Lisboa, Portugal

neves.nc@iesm.pt

Resumo

Este artigo é uma análise às implicações a longo prazo das opções aliadas relativas ao Teatro de Operações do Mediterrâneo durante a Primeira Guerra Mundial, desde as ações políticas e militares que confirmaram a entrada da Turquia na Guerra às decisões relativas à conduta das operações militares e as relações entre as potências aliadas e os atores locais de forma a analisar as implicações negativas da ausência de ponderação entre as necessidades militares imediatas e os objetivos políticos a longo prazo. Para esse efeito o artigo apresenta uma breve descrição analítica, organizada numa base geográfica, das principais operações e dos seus efeitos a longo prazo nas respetivas regiões, conduzindo a uma apreciação global do contributo da estratégia aliada para estabelecer as bases das narrativas nacionais e natureza do estado Turco, da evolução dos nacionalismos do Médio Oriente e do fundamentalismo islâmico.

Palavras-chave: Mediterrâneo, Médio Oriente, Nacionalismo árabe, Fundamentalismo Islâmico, Estratégia Aliada na Primeira Guerra Mundial.

Como citar este artigo: Neves, N., 2014. A Mãe de Todas as Guerras. Revista De Ciências Militares, novembro de 2014 II (2), pp. 37-60.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

Abstract

This article presents an analysis of the long term implications of allied choices regarding the Mediterranean Theatre of Operations in World War One, from the political and military actions that confirmed Turkey's entry into the war to decisions regarding the conduct of military operations and the relations between the Allied powers and local actors, in order to analyse the negative implications of failing to balance immediate military needs and long term political goals. In order to do so the article presents a brief analytical summary, organized geographically, of the main operations and their long term effects in each region, leading to a global overview of the allied strategy and its role in establishing the bases of the historic narratives and political realities of Mediterranean actors, such as the nature of the Turkish state, the evolution of Middle Eastern nationalisms and Islamic fundamentalism.

Keywords: Mediterranean, Middle East, Arab Nationalism, Islamic Fundamentalism, Allied Strategy in World War I.

Keywords: Mediterranean, Middle East, Arab Nationalism, Islamic Fundamentalism, Allied Strategy in World War I.

Introdução

A expansão naval alemã é geralmente incluída entre as causas da Grande Guerra. De todas as centenas de navios da poderosa frota imperial construídos com meticulosa atenção ao desígnio de Tirpitz, ao ego do Kaiser e ao dinheiro dos contribuintes alemães, dois viriam a ter um enorme efeito no processo de decisão que levou duas nações a entrar na guerra, pelo menos ao nível da opinião pública. Um, o submarino U20, fê-lo com a discreta letalidade de um predador marinho. Ao afundar o Lusitânia, acrescentou força ao, a partir daí inexorável, movimento dos Estados Unidos para a beligerância, e em última análise, ao seu estatuto de superpotência. O outro, o cruzador de batalha Goeben, fê-lo com bastante mais estilo e “panache”, ajustado ao seu estatuto de “capital ship”¹. Num dos mais notáveis cruzeiros da história naval moderna, o superiormente comandado cruzador forçou o seu percurso até Constantinopla e mudou o mundo².

Podemos, e por razões óbvias neste ano de 2014 vamos, discutir de forma interminável se a Primeira Guerra Mundial era ou não inevitável e nunca chegar a uma conclusão definitiva. No entanto, um argumento mais claro pode ser construído relativamente à expansão do conflito no Mediterrâneo ter sido menos um produto da mão invisível da história e mais o resultado de decisões, geralmente erradas, dos aliados e, geralmente oportunas, dos alemães. E as consequências dessas decisões continuam a assombrar-nos hoje em dia e parecem determinadas em comemorar o centenário com manifestações particularmente ruidosas.

¹ Designação consagrada dos principais navios de combate. À época, couraçados e cruzadores de batalha, mais tarde também os porta-aviões.

² A expressão foi popularizada pelo historiador naval Dan Van der Vat no seu livro: “*The ship that changed the world*”

Para compreender como essas decisões influenciaram a conduta da guerra e quais os seus efeitos a longo prazo, é necessário primeiro revisitar o processo que conduziu à entrada na guerra do Império Otomano, depois analisar o desenvolvimento da estratégia aliada e a conduta das operações nas principais frentes para por fim compreender as consequências de opções feitas sob a pressão de necessidades militares imediatas sem a devida consideração pelos objetivos políticos a longo prazo, por forma a tentar determinar se, nas condições da época, poderiam ter sido consideradas outras opções mais equilibradas e se daí podemos retirar ilações para a integração de objetivos políticos em operações militares.

O cruzador de batalha estratégico e a expansão da guerra

A Grande Guerra podia ter começado por questões do Mediterrâneo. A França e a Alemanha quase entraram em guerra por causa de Marrocos, por duas vezes, primeiro em 1905 e depois em 1911³. Que não o tenham feito é significativo. A Alemanha explorava as questões Mediterrânicas como pontos de pressão, mas não tinha interesses vitais reais na zona. A Austro-Hungria era uma parte mais interessada, cuja marinha de guerra se estava a expandir rapidamente⁴, mas preferia evitar uma guerra em duas frentes se possível, sendo a Sérvia vista como a ameaça mais premente. A Itália, formalmente um membro das potências centrais, preparava-se para optar pela neutralidade. O Império Otomano, apesar da postura agressiva do seu ministro da guerra Enver Pasha, não estava pronto para o conflito, uma vez que, tendo sofrido dois reveses em duas guerras recentes precisava, desesperadamente, de tempo para fortalecer as suas forças armadas e modernizar as suas instituições

Contudo, uma vez as hostilidades iniciadas, era de grande interesse para a Alemanha arrastar o Império Otomano para a guerra. Tendo falhado no seu principal desígnio político de evitar uma guerra em duas frentes, a mais elementar lógica militar ditava que as comunicações entre os seus adversários fossem, o mais possível, dificultadas, de modo a reduzi a capacidade de se apoiarem mutuamente, sendo a a Rússia, um grande fornecedor de cereais, previsivelmente carente do fornecimento de armas e matérias-primas críticas para o seu esforço de guerra. Havia outras, menos imediatas, considerações a ponderar, mas para a Alemanha, tendo entrado na guerra numa situação de desvantagem material contra uma coligação mais forte, vencer a guerra era a única coisa que importava. Antecipando esta possibilidade, e correspondendo a uma simpatia geral do Kaiser para com o Islão, o Império alemão tinha, trabalhado de forma diligente e inteligente para tornar os Otomanos num aliado, usando as ferramentas clássicas de um generoso auxílio financeiro, cooperação militar executada de forma prática com conselheiros alemães

³ A crise de 1911 foi, discutivelmente, o último momento em que as potências centrais poderiam ter iniciado a guerra com razoáveis possibilidades de a virem a ganhar. A proporção relativa das forças nos anos subsequentes, quer política quer militarmente, evoluiu a favor dos aliados.

⁴ Enquanto a competição naval Anglo Germânica centra as atenções, outras se tinham iniciado nos anos anteriores a 1914, algumas das quais duraram até ao Tratado Naval de Washington. Destas, a rivalidade Austro/Italiana é uma das mais interessantes.

profundamente envolvidos na modernização do Exército otomano⁵, e através da venda de armamento.

Os Aliados, pelo contrário, nada tinham a ganhar com um Império Otomano hostil. Os estreitos eram a mais fácil e direta via de comunicação com a Rússia (90% das exportações de cereais e metade do volume total de exportações do Império Russo circulavam através dos estreitos) (Haythornthwaite, P. J., 1991) e mantê-los abertos à navegação tinha um interesse militar imediato. E as consequências políticas de um conflito seriam naturalmente vastas. Esta era, afinal, uma Guerra para redesenhar as realidades políticas mundiais, vista desde o início como a “Guerra para acabar com as Guerras”. O declínio do Império Otomano era provavelmente o mais complexo e perigoso processo de relações internacionais da época. Uma guerra iria acelerar esse processo e forçar os vencedores a resolver o problema da sua transformação ao mesmo tempo que combatiam uma guerra mundial. Era um pesadelo de política internacional tornado realidade, de uma magnitude que deveria assustar qualquer estadista.



Figura 1: O declínio do Império Otomano no Séc. XIX e começo do Séc. XX

Fonte: (<http://www.clas.ufl.edu/users/oren/INR4204Middleeast.html>).

O estadista responsável pelos aspetos navais da situação não era, no entanto, alguém que se assustasse com facilidade e a sua propensão para agir de forma tão decidida

⁵ Abrindo caminho para um empenhamento muito direto e ativo nas atividades operacionais depois do início do conflito.

quanto impulsiva viria a trazer consideráveis problemas em duas Guerras Mundiais. Winston Churchill tinha-se tornado Primeiro Lorde do Almirantado⁶ em outubro de 1911 e, perante a possibilidade de guerra, decidiu reforçar a Royal Navy apropriando-se de três couraçados em fase final de construção ou de ensaios que tinham sido encomendados a estaleiros Britânicos por outros países. Um deles, o couraçado Chileno Almirante Latorre, não causou grandes problemas políticos, sendo adquirido em termos favoráveis sem alienar o governo do Chile⁷. A decisão de apoderar-se de dois couraçados recentemente completados e prestes a serem entregues à Marinha Otomana⁸ teve consequências completamente diferentes.

Os navios eram o Reshadieh, um Super Dreadnought (na terminologia da Royal Navy) concebido por uma empresa privada para a Marinha Otomana segundo uma conceção similar à do Latorre mas, à semelhança dos couraçados Britânicos, com dez peças de treze polegadas e meia em lugar das de catorze polegadas do navio chileno (Sturton, I., 1996). O outro era o Sultão Osman I, um desenho muito fora do comum, com nada menos do que sete torres duplas de peças de doze polegadas, que tinha sido encomendado pela marinha Brasileira e, posteriormente, quando o Governo Brasileiro se apercebeu de que não o iria conseguir pagar, comprado pelo Império Otomano pela então considerável soma de 2.750.000 Libras Esterlinas (Sturton, I., 1996). A compra tinha sido uma resposta à construção de novos couraçados pela Rússia para a Frota do Mar Negro, financiada parcialmente por uma subscrição pública. Para tornar a situação ainda pior, a conclusão das provas dos navios tinha sido atrasada por ordem de Churchill, e já se encontravam tripulações Otomanas no Reino Unido, que tiveram que ser repatriadas, sendo os termos da apreensão muito menos generosos ou corteses do que os oferecidos aos Chilenos. Por outras palavras, Churchill tinha tratado o Império Otomano como “de facto” beligerante, numa altura em que os Turcos ainda hesitavam em entrar ou não no conflito ao lado das potências centrais. Curiosamente o Sultão Oman I foi rebatizado HMS Agincourt⁹, como se, depois de alienar os Turcos, Churchill estivesse interessado em irritar os franceses.

Com a opinião pública em Constantinopla inflamada, e a Marinha Otomana agora claramente privada de navios capazes de se oporem aos Russos no mar Negro num futuro próximo, a Alemanha estava prestes a agarrar a oportunidade para um sensacional golpe de relações públicas. A Marinha Imperial Alemã mantinha uma presença naval no Mediterrâneo com o cruzador de batalha Goeben e o cruzador ligeiro Breslau. Inicialmente encarregados de ameaçar os movimentos navais franceses do Norte de África para a Europa, os navios receberam ordem para navegar para Constantinopla. Apesar de isolados, os dois navios representavam uma ameaça relevante e, para fazer face a ela, Churchill emitiu uma ordem

⁶ Essencialmente Ministro da Marinha.

⁷ O navio voltou a ser comprado pelo Chile, depois da Guerra, e foi durante várias décadas o mais poderoso vaso de guerra na América do Sul.

⁸ Os Otomanos cooperavam com a Alemanha na modernização do seu Exército mas com a Grã Bretanha na modernização da sua Marinha, à semelhança de outros países, como por exemplo o Japão. Quando esta cooperação foi cortada pelos Britânicos, o melhor canal para influenciar os Otomanos, através do seu ministério da marinha, perdeu-se.

⁹ Por que é que alguém, no início de uma guerra em que a França era a principal aliada, iria batizar um couraçado com o nome da pior derrota que os Ingleses infligiram aos franceses é difícil de perceber, mas felizmente os franceses estavam demasiado ocupados com a guerra para se preocuparem com a história.

desnecessariamente elaborada e complexa (nos dias dos rádios primitivos e dos códigos manuais) que embora determinasse a necessidade de os intercetar, atribuía prioridade à proteção dos transportes de tropas franceses e ordenava que os navios Britânicos não se “empenhassem em ações contra forças superiores” (Van der Vat, D., 2010).

O Goeben e o Breslau conseguiram atingir Constantinopla no final de um cruzeiro épico, durante o qual tiveram que ser reabastecidos de carvão a partir de um navio de passageiros alemão e, por duas vezes na Sicília¹⁰, evitaram por duas vezes a Frota Francesa, ganharam uma corrida prolongada com dois cruzadores de batalha Britânicos e intimidaram uma força de quatro cruzadores couraçados Britânicos. Estes eram comandados pelo Almirante Troubridge que, seguindo o conselho do seu especialista de artilharia o Capitão Ray, considerou o cruzador de batalha isolado como sendo uma “força superior” e recusou o combate, uma decisão que o levou a conselho de guerra. (Van der Vat, D., 2010). As acusações viriam a ser discretamente reduzidas depois de cruzadores de batalha Britânicos terem facilmente derrotado os cruzadores couraçados do Almirante Graf Spee na batalha das Falklands.

O Goeben já era um navio popular em Constantinopla, depois de três dos seus marinheiros terem morrido enquanto eram voluntários para combater um incêndio na cidade, em maio (Van der Vat, D., 2010) e quando entrou no porto e foi transferido para a marinha Otomana, como uma oferta da Alemanha, teve um vasto efeito na opinião pública.



Figura 2: O Goeben com as cores turcas, já com o nome de Sultão Yavuz Selim Se o kaiser tivesse um sentido Churchiliano para a oratória poderia ter dito: “Nunca na história da guerra naval, tão poucos mudaram o destino de tantos”

Fonte: (imagem www.cityofart.net).

¹⁰ Os navios alemães, que tinham sido desenhados para operações no mar do Norte, tinham menor capacidade para carvão e, consequentemente, menor raio de ação. O Goeben, tinha uma capacidade máxima de 3100 toneladas de carvão, enquanto que o HMS Indefatigable, mais pequeno, transportava 3300 toneladas de carvão e, crucialmente, 870 toneladas de óleo. O HMS Lion, maior, transportava 3500 toneladas de carvão e 1135 toneladas de óleo para um raio de ação 40% maior do que o seu equivalente alemão. O óleo era igualmente mais eficiente e muito mais fácil de carregar. (Sturton, I., 1996).

O Goeben, ainda com a sua tripulação alemã mas já sob pavilhão Otomano, executou prontamente um bombardeamento de instalações Russas em Novorossiysk, Odessa e Sevastopol, forçando uma declaração de guerra. O império Otomano estava em guerra com os Aliados e os estreitos encerrados à navegação. No imediato, as comunicações com a Rússia estavam seriamente prejudicadas¹¹ e os Aliados tinham que lidar com mais uma frente. No longo prazo os Turcos iriam poder razoavelmente afirmar que tinham sido forçados à guerra por ações aliadas que não lhes tinham deixado outra opção. A decisão de Churchill de se apoderar dos couraçados não foi o único, e provavelmente não foi o fator decisivo para o início das hostilidades, mas acelerou o processo e foi um incidente relevante que ficou profundamente enraizado na narrativa histórica coletiva da futura República da Turquia.

O Debate Estratégico

Pode considerar-se, na nossa opinião, que o último momento na Primeira Guerra Mundial em que os Aliados correram um risco real de a perder foi na Primeira Batalha de Ypres, em outubro e novembro de 1914. Tendo substituído o “Jovem” Motke como Chefe do Estado-Maior alemão, o General Erich von Falkenhayn tentou uma rotura das linhas aliadas entre Arras e Ypres para envolver o flanco esquerdo aliado e avançar em direção aos portos do Canal, cortando as comunicações da BEF, num plano não muito diferente daquele que viria a ser implementado com sucesso, numa escala geográfica alargada, pelos Alemães em 1940. Quando este plano falhou, e a Frente Ocidental se tornou estável, deixou de haver opções ganhadoras para a estratégia alemã. Viriam a tentar inverter a situação com três grandes conceitos: destruir o moral do Exército Francês (outro conceito de von Falkenhayn), isolar a Grã-Bretanha através de um bloqueio conseguido pelo emprego, sem restrições, de submarinos e, finalmente, derrotar a Rússia (e os seus aliados da Europa de Leste) em tempo, para garantir uma concentração de forças que permitisse uma vitória decisiva no Ocidente. Nenhum destes conceitos esteve realisticamente próximo de garantir uma vitória total.

A situação era diferente para os Aliados que, com a sua superioridade de recursos, e com a Alemanha e a Áustria a serem lentamente estranguladas por um bloqueio, previam inevitavelmente triunfar. As questões eram quando, como e a que custo. Na França e no Reino Unido o debate entre os partidários de uma concentração total do esforço na Frente Ocidental e aqueles que favoreciam um esforço alternativo no Mediterrâneo, geralmente referido como “ocidentalistas versus orientalistas”, é muitas vezes reduzido a uma crítica das propostas apresentadas por Lloyd George de derrotar a Alemanha “derrubando os suportes”, expressão que usou num muito citado memorando sobre a conduta da guerra (Philipott, W.,

¹¹ Na segunda Guerra Mundial este não foi um fator tão relevante devido à implementação dos comboios marítimos no Norte e da rota terrestre a partir do Irão. Na Primeira Guerra Mundial os Aliados organizaram uma rota marítima alternativa pelo Norte, que os alemães tentaram interditar com submarinos e guerra de minas. As enormes restrições das instalações portuárias e as limitações da rede ferroviária da Rússia Imperial tornavam essa alternativa muito pouco prática. Os Aliados tentaram ainda o reabastecimento a partir do Pacífico, especialmente de material japonês, mas o escoamento ferroviário era limitadíssimo.

2014, p. 73), onde os “orientalistas” são geralmente apresentados como amadores irrealistas enquanto os “ocidentalistas” são apresentados como realistas pragmáticos.

Apesar de na generalidade correta, a proposta convenientemente esquece o facto de que, se é verdade que era a Alemanha que suportava os seus aliados e não o contrário, tal acontecia porque esses aliados estavam completamente empenhados na frente oriental. O enorme preço que as potências centrais pagaram pelas suas vitórias a Leste e a sua relevância para o desenrolar da guerra como um todo é frequentemente minimizado. Em 1915 a Alemanha sofreu um total de 612.000 baixas em todas as frentes, enquanto o império Austro-húngaro sofreu 2.100.000 baixas no mesmo período (Philpott pg214 2014). Aquilo que separa, por exemplo, a ofensiva Brusilov de Junho de 1916 e a Operação Bragation levada a cabo pelo Exército Vermelho em 1944 é o facto de que a União Soviética podia contar com uma vasta base industrial e com apoio aliado em regime de “Lend-Lease” maciço, enquanto o Império Russo não tinha nem uma coisa nem outra. Nestas circunstâncias o sucesso inicial da Bragation foi explorado com uma sucessão de ofensivas vitoriosas e devastadoras, enquanto o sucesso operacional inicial da ofensiva de Brusilov¹² se perdeu numa vã tentativa de o explorar com ofensivas insuficientemente apoiadas.

Um caminho alternativo para uma vitória aliada mais rápida e com menores perdas a ocidente, em oposição à via de uma guerra de atrito conduzida na frente ocidental para exaurir a Alemanha, seria assim a de inverter a frase de Loyd George “suportando a Rússia”¹³. Os Franceses e Ingleses estavam porém focados numa visão da guerra como sendo primariamente contra a Alemanha (o que era compreensível no caso Francês, com território ocupado e fatores históricos em jogo) e viam os seus outros oponentes numa perspetiva do apoio que davam à Alemanha mais do que como atores independentes. Era mais um caso de Apenas a Alemanha do que A Alemanha primeiro e esta perspetiva iria distorcer a análise estratégica durante a guerra como continua a distorcer a análise histórica hoje em dia. Em contrapartida, o Estado-Maior alemão iria seguir a via oposta, procurando, desde o momento em que falhou na obtenção de uma vitória decisiva inicial no Ocidente, eliminar os seus adversários mais fracos um a um, por meio de ofensivas em larga escala perfeitamente estruturadas e apoiadas. Primeiro derrotaram a Sérvia, depois a Roménia e finalmente a Rússia.

Uma grande estratégia análoga para os aliados seria a de se sucessivamente concentrarem forças contra cada um dos seus adversários mais fracos. O Império Otomano em 1915, a Bulgária em 1916 e a Austro-Hungria em 1917. Mas tendo escolhido muito cedo uma estratégia baseada no desgaste (Philipott, W., 2014, pp. 143 a 163) vieram a criar uma situação em que a Alemanha eventualmente colapsou por exaustão de recursos, sem nunca ter sofrido as derrotas espetaculares que teriam invalidado a posterior criação do mito da “facada nas costas”

¹² Na primeira semana da ofensiva os russos fizeram 192.000 prisioneiros e aniquilaram o 7º Exército austríaco.

¹³ Como, de resto, os aliados fizeram na Segunda Guerra Mundial.

Os estreitos

Senhores de uma total superioridade naval na área, os aliados viam-se agora na necessidade de planejar uma guerra inesperada no Mediterrâneo que viria eventualmente a materializar-se em quatro frentes principais:

1. Os Dardanelos
2. O Médio Oriente (Egipto, Sinai e Mesopotâmia)
3. Os Balcãs e a Grécia.
4. A Itália

Nas primeiras duas o adversário era o Império Otomano, e a primeira prioridade aliada era, obviamente, a de se forçar a reabertura dos estreitos à sua navegação (Haviam 129 navios aliados ou neutros, num total de 350.000 toneladas, bloqueados no Mar Negro) (Van der Vat, D., 2010, p. 84). Este era um problema, tudo menos fácil, como um simples olhar para um mapa nos revela:



Figura 3: Os estreitos. A frota aliada previa que o Império Otomano capitulasse uma vez bombardeada Constantinopla. A perspectiva de tentar forçar a passagem do Bósforo contra uma defesa determinada seria uma experiencia interessante

Fonte: (http://hrsbstaff.ednet.ns.ca/macquekl/History%20Web%20Page/History/major_battlesww1.htm).

Neste artigo iremos discutir três possíveis soluções para o problema:

À posteriori, e considerando o desenvolvimento que tiveram as operações, a mais completa seria derrotar os Otomanos decisivamente. Isto podia ser conseguido com

ofensivas coordenadas a partir da Rússia (dentro de limites logisticamente apoiáveis) e no Médio Oriente, a partir do Egipto e através da Síria, combinadas, possivelmente, com uma ofensiva através do atual Iraque e com desembarques na zona dos estreitos. Um esforço deste nível iria exigir muitas tropas, que então ninguém queria disponibilizar, pelo que esta opção “Turkey First” não foi contemplada em 1914/15. Quando houve finalmente tropas disponíveis, viriam a ser empenhadas na frente de Salónica, uma operação muito pouco decisiva que, em 1917, já absorvia nada menos que vinte e quatro divisões. Na altura houve intenções de fazer um “outsourcing” desta opção para as pequenas potências que rodeavam o Império, mas as políticas locais eram demasiado complexas para o permitir. Assim acabou por ser a Turquia a passar à ofensiva, na Palestina contra a região do canal do Suez e no Cáucaso contra a Rússia e, neste caso com resultados desastrosos consequências trágicas, como as que resultara da prematura insurreição arménia.

A segunda possibilidade, mais limitada em termos dos meios necessários, era uma operação conjunta contra os estreitos, desembarcando de surpresa uma força substancial com um forte apoio naval. No princípio de 1915, com a península de Galipolli defendida apenas por uma única Divisão e com a maioria das forças otomanas empenhadas no Cáucaso, tal poderia ter sido tentado com razoáveis possibilidades de sucesso. Esta opção foi proposta tão cedo quanto novembro de 1914, no primeiro conselho de guerra Britânico e iria ser repetidamente defendida pelo Almirante Fisher, então Primeiro Lorde do Mar¹⁴. O conselho viria a rejeitar esta opção, principalmente pela oposição de Lord Kitchener, então Ministro da Guerra, que se recusou a atribuir quaisquer tropas à operação, uma opção também assumida pelos franceses, com a opinião de Joffre de que a guerra teria que ser ganha por ofensivas maciças em França a prevalecer. (A insistência de Fisher em propor igualmente desembarques nas ilhas Frísias não fortaleceu a sua credibilidade).

Restava a opção de forçar os estreitos usando apenas meios navais. Esta veio a ser autorizada, principalmente graças à insistência de Churchill, que em 3 de novembro, três dias antes de a guerra ser formalmente declarada, já tinha ordenado um bombardeamento das defesas dos estreitos por dois cruzadores de batalha, apoiados por dois couraçados obsoletos franceses, em retaliação ao bombardeamento de posições russas pelo Goeben. Esta decisão levou a que Fisher ameaçasse demitir-se, comentando que “abominava a ideia, a menos que fosse uma operação conjunta com pelo menos 200.000 soldados”. Apesar desta posição do principal comandante naval aliado, no conselho de 28 de Janeiro de 1915, no qual Fisher não estava presente, Churchill prevaleceu e uma operação puramente naval foi ordenada (Van der Vat, D 2010 p. 87). O conceito geral era de que se a Frota conseguisse atingir o mar de Mármara e bombardear Constantinopla o Império Otomano iria capitular, no que é seguramente a maior aplicação do conceito da “política da canhoneira” da história. Nessa data, alertados pelo ataque prematuro de novembro, os turcos tinham começado a reforçar as suas defesas com assistência alemã e minado extensivamente o estreito.

A operação naval iniciada a 19 de fevereiro foi um fracasso previsível. A força da defesa não residia na artilharia fixa pesada, mas nos campos de minas protegidos por artilharia de

¹⁴ Correspondente a Chefe de Estado-Maior da Armada.

campanha móvel que inibia operações de desminagem adequadas. O sucesso só seria assim possível por meio de uma operação conjunta, em que forças terrestres avançassem á frente do draga-minas para neutralizar as defesas móveis e na qual, como a experiência viria a demonstrar, fossem implementadas adequadas medidas contra a ameaça submarina à frota de apoio.



Figura 4: Principais defesas dos Dardanelos e localização dos campos de minas

Fonte: (Wikipedia images).

Apesar do poder de fogo de uma força considerável de doze, maioritariamente obsoletos, couraçados (com a exceção do novíssimo couraçado rápido Queen Elizabeth e do cruzador de batalha Inflexible, todos os outros eram Pre-Dreadnoughts)¹⁵, e da inovação da utilização

¹⁵ O HMS Dreadnought foi o primeiro couraçado moderno com armamento principal de um calibre uniforme, entre outras inovações. A partir da sua construção os navios anteriores com armamento misto passaram a ser conhecidos como *Pre dreadnoughts* e considerados obsoletos,

de hidroaviões operando a partir do navio porta hidroaviões Ark Royal para regular o tiro¹⁶, a frota nunca conseguiu penetrar muito longe nos estreitos, muito menos atingir o seu objetivo de bombardear Constantinopla. A frota tinha sido organizada de acordo com o plano inicial de Fisher para apoiar uma operação conjunta, e as suas capacidades de desminagem não estavam à altura das circunstâncias¹⁷. A ação decisiva verificou-se no interior dos estreitos, a 18 de março, quando, num único dia, principalmente em resultado de um campo de minas recentemente lançado, três couraçados, o Bouvet, Ocean e o Irresistible foram afundados, dois foram seriamente danificados e o HMS Inflexible foi danificado, contra a perda confirmada pelos defensores de apenas duas peças de artilharia pesadas. A extrema vulnerabilidade destes velhos couraçados a explosões abaixo da linha de água, especialmente minas, tinha já sido amplamente demonstrada na guerra Russo-Japonesa e foi novamente comprovada, com pesadas perdas humanas. Num contraste evidente, o Bouvet afundou-se em dois minutos depois de embater numa mina, com a morte de 680 homens, a quase totalidade da sua tripulação, enquanto o mais moderno Inflexible pôde navegar até Malta para reparações depois de um impacto semelhante. Posteriormente, durante a fase conjunta da operação, mais três velhos couraçados foram afundados, o Majestic e o Triumph pelo submarino alemão U21, e o Goliath por um torpedeiro Otomano (Haythornthwaite, P. J 1991). A Frota Aliada perdeu tantos couraçados, e de um tipo similar, como os couraçados da Frota Imperial Russa, que foram afundados na batalha de Tsushima em 1905. A escala da Grande Guerra e a evolução técnica das Esquadras são dramaticamente ilustradas quando pensamos que as mesmas perdas que fizeram com que Tsushima fosse considerada como uma das batalhas navais decisivas da história fossem consideradas como secundárias apenas dez anos depois..

Para tornar as coisas piores, as defesas tinham sido reforçadas e havia agora três divisões Otomanas na Península, pelo que, quando a decisão de desembarcar tropas aliadas foi finalmente tomada a 22 de Março, era já um caso clássico de “too little, too late”. Inicialmente mal liderada e nunca dotada de meios suficientes, já que embora fosse progressivamente reforçada o era em proporção equiparada ao reforço das defesas, a campanha em terra atingiu rapidamente um impasse. Apesar de todos os esforços dos combatentes, a força aliada nunca conseguiu uma rotura decisiva e, igualmente, qualquer contra-ataque Turco estava condenado a partir do momento em que a força contra-atacante entrasse dentro do campo de tiro dos couraçados aliados, momento em que era praticamente obliterada pelo volume e intensidade do fogo a que era sujeita¹⁸. A campanha causou pesadas perdas em ambas as partes e terminou com uma evacuação no final de 1915¹⁹. Os estreitos iriam permanecer fechados à navegação aliada até ao final da guerra.

¹⁶ O uso da aviação naval foi uma outra inovação significativa desta Campanha. Numa fase posterior, a Marinha Britânica utilizou hidroaviões a partir de navios porta hidroaviões para torpedear com sucesso navios otomanos.

¹⁷ Os couraçados eram mais ou menos imunes ao fogo da artilharia de campanha que se comprovou ser virtualmente impossível de neutralizar. Os Draga-minas, por outro lado eram vulneráveis a praticamente todos os calibres e nunca tiveram uma possibilidade real de eliminar os campos de minas.

¹⁸ Uma lição que os alemães esqueceram, com consequências fatais, em Anzio, em 1943, e na Normandia, em 1944.

¹⁹ 252.000 militares aliados mortos, desaparecidos prisioneiros ou doentes. Os otomanos tiveram pelo menos 66.000 mortos em combate.

Churchill e Ludendorff viriam mais tarde a concordar que o encerramento dos Dardanellos pelo Império Otomano tinha prolongado a guerra em dois anos, prejudicando seriamente o esforço de guerra Russo e poupando à Alemanha o peso integral de uma guerra em duas frentes (Van der Vat, D 2010 pg 182), (importa no entanto salientar que esta afirmação deve ser vista à luz da reconhecida tendência de ambos os citados para exagerar quando isso lhes era conveniente). Em 1915, tanto Churchill como Fisher²⁰ viriam a perder os seus lugares devido ao insucesso (apesar do facto de segundo ter proposto um plano diferente que, se tivesse sido implementado nos moldes originais como uma operação surpresa, conjunta e em larga escala, poderia ter tido sucesso).

Operações no Iraque

Os Dardanellos não foram a única Campanha a correr seriamente mal para os Aliados na sua Guerra contra o Império Otomano. Na Mesopotâmia, o primeiro interesse Britânico era garantir o controlo das instalações e operações da companhia petrolífera Anglo Persa em Abadan (algumas coisas nunca mudam, e o petróleo é uma delas). Uma vez garantido esse objetivo, foi iniciada uma operação para ganhar o controlo do atual Iraque, usando forças insuficientes ao longo de dois eixos de progressão previsíveis. Como viria a acontecer na Segunda Guerra Mundial, o grosso das forças empregues no Iraque eram do Exército da Índia. A força principal, com duas Divisões de Infantaria e uma Brigada de Cavalaria, progrediu ao longo do Eufrates, sendo travada por forte resistência Otomana. A segunda força, baseada numa Divisão de Infantaria reforçada pelo Exército da Índia, comandada pelo Major-General Charles Townshend, progrediu ao longo do Tigris acabando por ser cercada em Kut, depois de uma tentativa vã de conquistar Bagdade em novembro de 1915. Depois de várias tentativas de socorro falhadas, e apesar de ter sido tentado, pela primeira vez na história, garantir o reabastecimento de uma força cercada por meio de meios aéreos, os 13.000 militares Ingleses remanescentes de uma força inicial de cerca de 30.000 homens renderam-se aos Otomanos. Viriam a ser sujeitos a um tratamento terrível: 4.000 homens morreram logo na marcha forçada inicial até aos campos de prisioneiros na Anatólia. (Hickey, M., 2008).

No final de 1916, os Britânicos empregaram aquilo a que hoje chamaríamos a doutrina Colin Powell e atacaram com ampla margem de superioridade em potencial de combate, o que permitiu ao General Maude esmagar as defesas Otomanas com uma vantagem numérica de quatro para um e capturar Bagdade em março de 1917. A vitória veio tarde de mais. Os danos para o prestígio Britânico na região resultantes da capitulação de Kut estavam feitos e eram sérios. É muitas vezes citada a capitulação de Singapura como um golpe decisivo para o prestígio Britânico na Ásia que comprometeu o Império, mas a de Kut, sendo pouco conhecida, teve um efeito similar no Iraque e o país viria a ser, depois da guerra, uma das mais turbulentas áreas sob controlo Britânico. Foi também o local onde a recém-criada Royal

²⁰ Fisher tinha uma obsessão pelas operações no Báltico e ordenou a construção de três “grandes cruzadores ligeiros” otimizados para operações nesse mar, que foram imediatamente alcunhados de Fisher’s Follies, o que foi igualmente um fator no seu afastamento. Viriam a ser convertidos em três bem-sucedidos Porta-aviões, e o conceito pode ser hoje em dia parcialmente reabilitado à luz dos estudos para “*Litoral Combat Ships*”.

Air Force desenvolveu o uso de aviões táticos como instrumentos de contra subversão^{21,22} (Que eram também muito mais económicos. O recurso à Royal Air Force como meio principal de contra subversão não só reduziu a possibilidade de baixas, mas também baixou o custo anual das operações de contra insurreição no Iraque de 30 para 8 milhões de Libras)²³. Assim, em apenas alguns anos, entre 1914 e os anos 20, vemos os Britânicos a invadir o Iraque por causa do petróleo, a ter problemas porque empregaram uma força demasiado pequena e a controlar uma insurreição generalizada utilizando primariamente ataques aéreos. O famoso aforismo de Santayana, que diz que *“Aqueles que esquecem o passado estão condenados a repeti-lo”*²⁴, parece ser particularmente poderoso no Iraque..

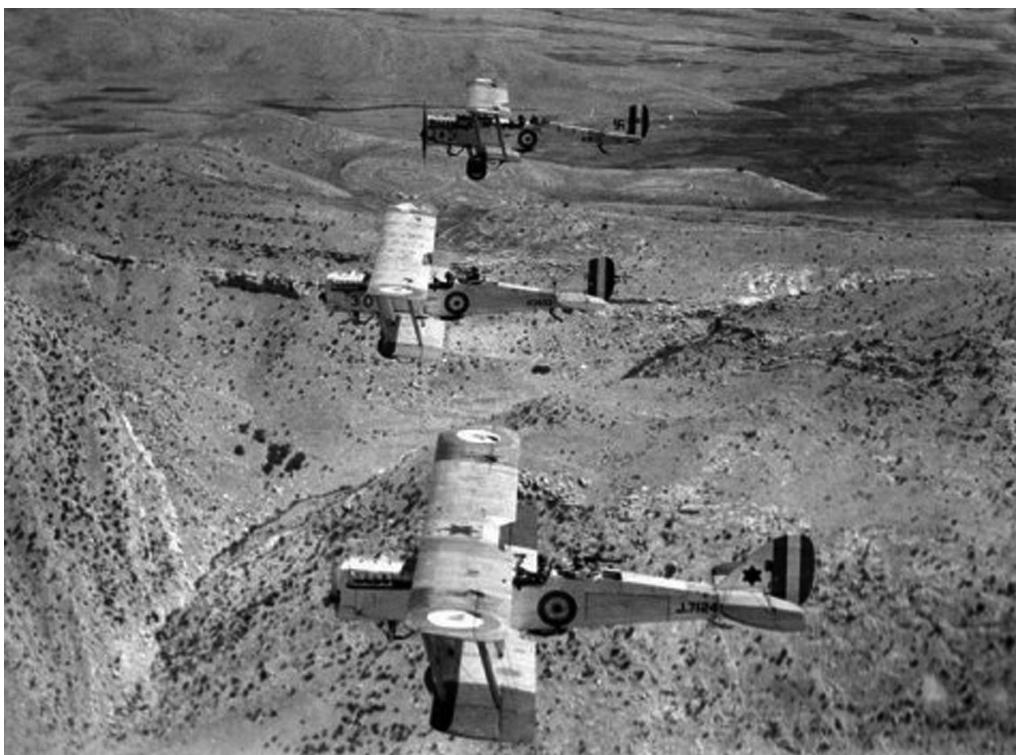


Figura 5: DH9As da RAF procuram insurgentes no Iraque nos anos 20. Quanto mais as coisas mudam...

Fonte: (Image from <http://www.britmodeller.com>).

²¹ O DH9A, construído na IGM como um bombardeiro ligeiro, viria a ganhar uma excelente reputação como avião colonial. A RAF conhecia bem a área de operações depois de ter executado durante a guerra missões táticas em apoio dos mesmos guerrilheiros árabes que agora estava a atacar.

²² A primeira ação de contra insurreição da RAF foi na Somália, mas numa escala muito menor.

²³ http://portal-militaergeschichte.de/boehm_royalairforce

²⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/George_Santayana

A Palestina e o longo caminho para a vitória

A frente principal para as operações convencionais contra a Turquia foi a Palestina. Os objetivos estavam claramente definidos para ambas as partes. Os Otomanos podiam ameaçar o Canal do Suez e os Aliados podiam invadir através da Palestina e da Síria.

Os Otomanos passaram primeiro à ofensiva. Numa ação que antecipa o apoio aliado à revolta Árabe, encorajaram as tribos Senussi da Líbia a revoltarem-se e a atacarem os Britânicos no Egito, com alguma assistência alemã sob a forma de pequenos carregamentos de armas e o aconselhamento de um Oficial alemão convertido ao islamismo que tinha adotado o nome de Jafar Pasha. Esta revolta viria a ter pouco sucesso e a tentativa de “invasão” Senussi do Egito foi decisivamente derrotada pelos Britânicos, em fevereiro de 1916, em Aqqaquia. Entretanto os Turcos tinham iniciado uma ofensiva através do Sinai, superando consideráveis dificuldades logísticas e fizeram uma tentativa de atravessar o Canal do Suez, em fevereiro de 1915. Beneficiando da vantagem do reconhecimento aéreo, os Britânicos estavam preparados e os atacantes, despojados, foram repelidos. Os Britânicos levando a ameaça a sério, deslocaram forças significativas que atingiram um efetivo de treze divisões, (Hickey, M., 2008), comandadas pelo General Maxwell, antes de retirarem forças para outras áreas com a redução da ameaça.

Em 1916 os Britânicos, agora sob o comando do General Murray, iniciaram um avanço geral sobre a Palestina. Dispondo (mais uma vez) de forças insuficientes, e enfrentando dificuldades logísticas, o avanço foi moroso apesar do crescente apoio resultante da revolta Árabe. Esta situação mudou quando o sucessor de Murray, o bem mais agressivo General Allenby, exigiu, e obteve, todos os reforços e meios de que necessitava para ganhar a iniciativa. A partir daí a ofensiva Britânica ganhou momento, e apesar de um crescente apoio alemão aos defensores, viria a culminar numas das grandes vitórias aliadas da guerra em Megiddo, integrando perfeitamente as operações de guerrilha Árabe no plano operacional global.

“O maior campo de prisioneiros alemão”. A campanha de Salónica

A falta de tropas é claramente um tema recorrente nas operações aliadas contra o Império Otomano. Se até ao princípio de 1915 pode ser construído um argumento válido de que a situação em França exigia uma prioridade total, os Aliados viriam a prejudicar grandemente a sua situação em recursos humanos pelo progressivo empenhamento de forças na campanha de Salónica.

Quando a Bulgária entrou na guerra, em setembro de 1915, ao lado das Potências Centrais, a Sérvia estava condenada e a Grécia passava a estar ameaçada. Tirando partido de uma divergência entre um governo Grego pró-aliado e uma casa real pró-Centrais, os aliados enviaram uma força de cinco Divisões (quatro Francesas e uma Britânica) para a região de Salónica, de onde podia pressionar os Gregos e apoiar os Sérvios, ameaçando com um possível avanço contra a Bulgária. Em outubro, um ataque combinado de forças Alemãs, Austro-húngaras e Búlgaras aniquilou as defesas Sérvias, empurrando o remanescente do Exército Sérvio, cerca de 125.000 homens, para a Albânia, de onde foi evacuado. Neste

momento, a opção sensata teria sido reembargar a força²⁵, formar um Exército Sérvio no exílio²⁶ e usar este, e as cinco divisões agora libertadas, para outras operações. Os Aliados optaram, pelo contrário, em reforçar e construir um campo fortificado na região de Salónica, prontamente alcunhado de a “gaiola” pelas tropas que nele serviam. Muitas vezes descrito como o maior campo de prisioneiros de guerra alemão, seria progressivamente reforçado até ao ponto de, em setembro de 1918, haver cerca de 550.000 militares aliados na área. Este efetivo permitiu o lançamento de uma ofensiva multinacional²⁷ em grande escala que, depois de anos de tentativas falhadas de romper a “gaiola”, permitiu a alguns justificar a totalidade da campanha.

O que tem que ser lembrado é que, como os Austríacos que enfrentaram a última e vitoriosa ofensiva italiana de Vittorio Veneto, os seus oponente Búlgaros sabiam que apesar de terem dado uma contribuição significativa para a causa das potências centrais, a guerra estava nesse momento perdida tendo sido decidida noutras frentes.

Impasse Militar nos Alpes

Apesar de ter uma aliança com as Potências Centrais antes da guerra e de ter declarado neutralidade, muito avisadamente, em 1914 a Itália foi tentada por uma intensa pressão diplomática (e promessas) a entrar na guerra ao lado dos Aliados, em maio de 1915. Apesar dos seus melhores esforços os italianos não estavam, porém, em posição de poder dar um contributo significativo à causa aliada, já que o terreno favorecia enormemente o defensor. Numa frente de aproximadamente 650Km apenas existia um sector, com cerca de 50 km na região do rio Isonzo, que não era excessivamente montanhosa para operações ofensivas de tipo convencional em larga escala. Ambos os lados tinham fortificado extensivamente as suas zonas fronteiriças e conduzido grandes exercício durante os anos de paz, que os preparavam bem para operações defensivas. Condicionados por estes fatores, os Italianos iriam lançar sucessivas ofensivas no Isonzo, com pesadas baixas e fracos resultados.

O conflito naval entre Italianos e Austro-húngaros foi essencialmente conduzido com submarinos, guerra de minas e pequenas unidades, sendo de destacar as ousadas e inovadoras operações levadas a cabo pelos italianos, envolvendo mergulhadores de combate e torpedos tripulados, com realce para o afundamento, no final da guerra, do Couraçado Viribus Unitis, numa ação que viria a inspirar as proezas dos mergulhadores da X flotilha MAS durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante toda a guerra, os austro-húngaros, de um modo geral, exploraram as suas vantagens defensivas para manter a frente com forças significativamente inferiores às italianas. Em maio de 1916, passaram episodicamente à ofensiva numa operação surpresa, que usou táticas inovadoras de artilharia, que antecederam as muito referidas inovações introduzidas pelos alemães nas suas ofensivas de 1917/18. Beneficiando de alguma in experiência defensiva dos seus adversários, atacaram na região montanhosa de

²⁵ Na IIGM, novamente na Grécia, os Britânicos voltaram a reafectar tropas que estavam no limiar de uma vitória decisiva na operação Compass. Ao menos dessa vez prevaleceu o bom senso de evacuar as tropas enviadas para a Grécia.

²⁶ À semelhança do que sucedeu com os polacos na IIGM.

²⁷ Franceses, Britânicos, Sérvios, Albaneses e Gregos.

Trentino e conseguiram uma vitória localizada, mas significativa, sobre os italianos, que não puderam explorar, em parte por a ofensiva Brusilov os ter impedido de explorar o sucesso. A partir de 1917, o Alto Comando italiano estava a pedir reforços aos Aliados e em outubro desse ano, depois de onze ataques italianos terem falhado na região do Isonzo, a primeira grande ofensiva das Potências Centrais na mesma área, geralmente conhecida como a batalha de Caporetto, mas de facto a 12ª batalha do Isonzo, infligiu uma derrota pesada aos italianos. Perante o ataque Austro-Alemão, a frente italiana desagregou-se cedendo 265.000 prisioneiros e forçando os Aliados a enviar forças significativas para a frente italiana para inverter a situação. Os italianos viriam a recuperar, substituindo o General Cadorna com o mais competente Diaz e, depois de um primeiro sucesso defensivo contra a ofensiva final dos Austro-Húngaros na região do Piave, viriam a conseguir uma vitória final na batalha de Vittorio Veneto, em outubro de 1918, contra um exército Austro-húngaro já em fase de desagregação. Apesar desta vitória, os aliados tinham poucas razões para se sentir em dívida para com a Itália no momento do triunfo, e agiram em conformidade na atribuição dos ganhos²⁸. Os italianos, que tinham sofrido 600.000 mortos na guerra (Hickey, M., 2008), sentiram-se injustiçados, com vastas consequências políticas.

Um dos aspetos a destacar da recuperação militar italiana foi a presença crescente de unidades de Arditi. Com uma missão similar aos famosos “storm troopers” alemães, os Arditi representavam um esforço do Exército Italiano para se reinventar, e estes altamente treinados e motivados soldados viriam a fornecer o núcleo duro das milícias fascistas nos anos vinte, muito como os “Storm Troopers” formaram o núcleo, primeiro dos “Freykorps” e depois das associações de veteranos, que tiveram uma enorme influência na política alemã do pós-guerra. Ao contrário dos seus homólogos alemães, a herança militar dos Arditi não foi explorada pelo Exército Italiano, que não capitalizou as lições que eles sugeririam da necessidade de um treino rigoroso e do desenvolvimento da iniciativa ao nível das pequenas unidades.

A revolta árabe

Em 1916, os Aliados estavam prontos para tentar uma aproximação menos convencional ao problema da guerra contra os Otomanos. Os Britânicos tinham vindo a seguir os sinais de descontentamento nas regiões árabes sob controlo Otomano. Estas variavam de organizações como a sociedade Ahad no Iraque (baseada em Oficiais Iraquianos no Exército Otomano), passando pela sociedade al-Fatad na Síria (essencialmente urbana e de classe média) até movimentos de raiz mais tribal, como o clã Hashemita no Hejaz (Arábia) ou de base religiosa, como a seita fanática Wahabi liderada por ibn Saud.

Antes da guerra o líder Hashemita Sharif Hussein ibn Ali, que como líder da cidade santa de Meca e reclamando descender diretamente do profeta tinha grandes aspirações, tinha enviado o seu filho, o Emir ibn Hussein ao Cairo para abordar Kitchener sobre a possibilidade de apoio Britânico para uma rebelião árabe (Murphy,D., 2008). Sendo o maior

²⁸ Os aliados viriam a descobrir em 1943/5 até que ponto era difícil conduzir operações ofensivas em Itália.

especialista em guerra não convencional da sua era²⁹, Lord Kitchener of Khartoum registou a ideia para uso futuro, e durante os tempos difíceis de 1915 foram abertos canais discretos de comunicação com os líderes árabes através de portos no Mar Vermelho. Quando, em junho de 1916, os Hashemitas se aperceberam que os Otomanos se preparavam para facilitar a sua substituição pelo clã Zaid, rival, iniciaram uma rebelião, e os Aliados, pressentindo uma oportunidade militar agarraram-na.

Tanto os Britânicos como os franceses tiveram a sorte de poder contar com um grupo excecional de Oficiais particularmente talentosos que assumiram o papel de conselheiros militares das forças rebeldes árabes. Aquele que todos conhecemos é inevitavelmente o Coronel (inicialmente Tenente) Thomas Edward Lawrence, que escreveu o livro definitivo sobre a revolta e que inspirou um filme muito admirado. Mas houve muitos outros, como, entre os Britânicos os Coronéis Cyril Wilson, Pierce C. Joyce e Francis Newcomb e o “perito em explosivos” Tenente H. Garland, e entre os franceses homens como o especialista em guerra colonial Coronel Brémond, Oficiais muçulmanos como o Coronel Cadi e o Capitão Raho ou como o Capitão Pisani que liderou os sapadores durante a Campanha contra os caminhos-de-ferro (Murphy, D., 2008).

Apesar da imagem romântica que persiste, a revolta árabe foi um sucesso militar porque as qualidades naturais dos guerreiros árabes, como a mobilidade, resistência e agressividade, foram complementadas pela utilização de novas tecnologias e armas, como explosivos especialmente desenvolvidos³⁰ e comunicações, bem como pelo apoio de unidades de autometralhadoras e por um bem coordenado apoio aéreo. O mais próximo e recente paralelo será provavelmente o derrube do regime Talibã por forças locais assistidas por forças especiais Estado-Unidenses e apoiadas por meios aéreos no Afeganistão.

A revolta desenvolveu-se em quatro fases principais. A primeira foi a conquista do controlo de um conjunto de portos na costa do Mar Vermelho. As forças de Feisal, já aconselhado por Lawrence e apoiado pela Royal Navy, completaram esta fase com a conquista de Wejeh, em janeiro de 1917. A partir deste santuário costeiro, Lawrence iniciou uma campanha para interditar as comunicações ferroviárias Otomanas no Hejaz, primeiro por demolições de segmentos de linha férrea, depois pela destruição de locomotivas usando minas de contacto. Liderada por Raho, a Norte de Medina, esta campanha isolou as forças Turcas em Medina, e, a partir de julho, era integrada com ataques aéreos do Royal Flying Corps que impediam as reparações, um conceito (guerrilha mais apoio aéreo) muito avançado para a época.

A fase seguinte foi a expansão da revolta para o Sinai, depois de uma operação ousada de travessia do deserto para tomar Aqaba, uma cidade costeira que se tornou na base de operações para raids em profundidade contra as comunicações e as áreas de retaguarda Otomanas, usando unidades de autometralhadoras e com o apoio do Royal Flying Corps.

A fase final teria lugar na Síria e na Palestina e consistiu de operações em maior escala em apoio da ofensiva de Allenby.

²⁹ Aqueles que insistem em afirmar que ninguém ganha guerras de guerrilhas devem ter em atenção que Kitchener ganhou uma no Sudão e uma na África do Sul

³⁰ Como a mina tulipa, inventada por Garland para destruir carris de forma difícil de reparar.

Os árabes, que conseguiram alguns sucessos espetaculares, fizeram muitos estragos no esforço de guerra Otomano, em particular nas ações contra as comunicações. Para o final da campanha, as suas ações foram brilhantemente integradas no planeamento aliado, assumindo a forma de operações em profundidade inovadoras. Mas combateram pela independência em moldes que os governos Britânico e Francês nunca tiveram intenção de lhes permitir, tendo decidido, em fevereiro de 1916, no acordo Sykes-Picott, por uma partilha do Império Otomano entre eles.

No final da campanha os aliados podiam considerar a revolta como um sucesso militar, mas para os revoltosos foi uma derrota política. Por todo o Médio oriente os Árabes tinham pegado em armas em nome de uma diversidade de causas nacionalistas, étnicas ou religiosas. Um século depois ainda não as pousaram.

Conclusões, o Caminho para o Inferno

A breve análise acima apresentada aponta no sentido de uma ausência de uma “Grande Estratégia” aliada claramente definida para o Mediterrâneo durante a Grande Guerra, inviabilizando uma definição ajustada de objetivos claramente priorizados e bem definidos, levando consequentemente a um conjunto de más opções. Algumas destas tiveram efeitos limitados, quer no curso da guerra, quer no futuro da região. Outras tiveram consequências mais sérias, quer afetando adversamente a guerra como um todo, quer condicionando a evolução da região. Estes erros aliados podem ser atribuídos a duas grandes causas.

A primeira foi uma mal informada e tendenciosa avaliação da Turquia, tendo-se referido ao Império Otomano durante tantos anos como sendo o “Doente da Europa”, os Aliados vieram mais preparados para conduzir uma autópsia do que para combater um duelo. Uma consequência direta desta perspetiva foi que, tanto nos Dardanellos (quer na primeira operação, puramente naval, quer na segunda, conjunta) como, de forma menos conhecida, mas mais desastrosa, no Iraque, os Aliados subvalorizaram a capacidade de resistência dos Turcos e consentiram vitórias Otomanas. Ao contrário das massivas ofensivas na Frente Ocidental, as operações aliadas no Mediterrâneo eram geralmente iniciadas com uma pequena força que falhava e desperdiçava o benefício da surpresa, que era incrementalmente reforçada, dando ao inimigo amplo tempo para reagir. Perdeu-se assim a possibilidade de explorar o facto de que, enquanto na Europa a superioridade naval dos aliados eram contrabalançada por excelentes linhas interiores de comunicação por via-férrea, no Mediterrâneo as enormes limitações ferroviárias e a própria geografia dos teatros de operações negavam essa vantagem aos defensores, dando aos aliados uma grande vantagem em mobilidade, que não foi explorada. Quando uma pressão ofensiva apropriada foi exercida, como por Maude no Iraque, em 1917, e Allenby na Palestina, em 1918, e como já se poderia deduzir dos sucessos russos na Arménia em 1914/15, os Otomanos colapsaram. Este erro de avaliação inviabilizou a possibilidade de uma vitória mais rápida sobre a Turquia, e levou a um enfraquecimento consequente da Rússia. Pode também encontrar-se na campanha de Salónica, onde uma subavaliação da resiliência

Búlgara e uma incompreensão das complexidades da política Grega, conduziram a uma incrementalmente vasta dispersão de recursos.

Estas operações falhadas Aliadas, vindo na sequência de uma política internacional mal conduzida, que facilitou imenso a ação da diplomacia Alemã em relação aos Otomanos, vieram a ser incorporadas, depois da guerra, na narrativa fundadora nacional da nova República Turca. Pode dizer-se que se o Império Otomano foi um dos derrotados da Grande Guerra, a Turquia foi um dos vencedores. No final da guerra os Turcos foram os únicos que conseguiram rejeitar os termos que lhes foram oferecidos, recusando-se a aceitar o Tratado de Sevres que seria a sua versão do Tratado de Versailles. Liderados pelo herói dos Dardanelos, o General Mustafa Kemal, combateram a Guerra da Independência Turca até serem capazes de impor as condições que lhes interessavam no tratado de Lousanne em 1923. A nova República nunca se considerou como um dos agressores, mas como tendo sido injustamente atacada por adversários interessados em se apoderar dos seus territórios.

Este erro foi ampliado pela incapacidade de identificar objetivos críticos e concentrar esforços. As forças que poderiam ter obtido vitórias no Iraque e na Palestina em 1915, ou mais realisticamente, em 1916, foram desperdiçadas na improdutiva Campanha de Salónica, com o argumento vago de que estariam a imobilizar forças adversárias. Este argumento só faria sentido, claro, se as forças “imobilizadas” fossem maiores do que as “imobilizadoras” e não o contrário, um aspeto que viria a escapar aos aliados ocidentais no mesmo teatro de operações na guerra seguinte.

A segunda foi colocar interesses militares imediatos à frente de interesses políticos a longo prazo, trazendo para a guerra atores cujos objetivos eram incompatíveis com os da França e do Reino Unido. Foi o caso quando os aliados aliciaram a Itália para o seu campo com vagas promessas de amplas recompensas. A Itália falhou em contribuir significativamente para a vitória, como era previsível, já que a natureza do terreno permitia aos Austro-Húngaros conter os italianos com forças menores enquanto se empenhavam contra a Rússia, precisando, pelo contrário os italianos de apoio aliado para evitar a derrota, em vez de desviarem forças adversárias significativas da frente ocidental. Mas a falta de compensação pelo esforço de guerra italiano, que tinha sido real, fez com que a Itália, como a Turquia, fosse adversamente muito condicionada no pós-guerra pela experiência do conflito. Mas enquanto a Turquia se tornou defensiva e isolacionista, a Itália tornou-se agressiva, muito acima das suas potencialidades reais, de uma forma que só um outro conflito mundial veio a corrigir, refazendo mais uma vez a realidade política italiana.

Mas se a frente Italiana pode ser, de alguma forma, justificada pela necessidade de remover pressão da Rússia e se a evolução política da Itália apenas era discernível com o conhecimento do futuro, este negligenciar dos interesses políticos futuros é particularmente gravoso no caso da decisão de apoiar o desencadear e a expansão da revolta árabe. Os benefícios militares eram relevantes mas não decisivos. A vitória de Allenby teria sido conseguida de qualquer forma, e, quando se verificou, a guerra estava de qualquer modo ganha. O preço político foi porém enorme. Como na Turquia, a guerra deu aos árabes uma narrativa fundadora para a sua causa nacionalista. E a escolha de não apoiar apenas os movimentos cujos objetivos

fossem mais compatíveis com os interesses ocidentais, mas virtualmente todos aqueles que conseguissem contribuir para a campanha em curso, independentemente dos seus interesses, foi desastroso. Homens como Lawrence e Pisana foram a materialização daquilo a que hoje se chama o Tenente Estratégico, tomando decisões, no local e na hora, que iriam ter consequências pesadas a longo prazo. As promessas que eles fizeram foram negadas pelos vencedores e a sua presença, ao lado de Feisal na conferência de Paris reforçou a credibilidade à percepção pelos Árabes de que tinham sido usados pelos Aliados, como de facto tinham.

O legado, a longo prazo da revolta, é um nacionalismo árabe divisivo, baseado em modelos tribais e geneticamente desconfiado em relação ao Ocidente, o que é conjugado com a incapacidade, resultante em parte das circunstâncias da guerra, da Turquia de assumir um papel de liderança numa região do mundo onde a revolta contra ela está na origem de quase todas as afirmações de legitimidade.



Figura 6: O Emir Feisal nas negociações de Paris com a sua equipa, em 1919. O Capitão Pisani (diretamente atrás de Feisal) e o Coronel T. E. Lawrence (segundo a contar da direita) tomam posição atrás do Emir

Fonte: (IWM Q55481, pulled from Wikipedia images).

Um caso peculiar que chama a atenção é o apoio Britânico simultâneo a duas fações naturalmente opostas. Por um lado os mais moderados Hashemitas e por outro os fanáticos religiosos radicais de ibn Saud, apesar das repetidas objeções de Lawrence a estes últimos



Figura 7: Abdul Aziz Ibn Saud, O homem que deu ao Islão radical um estado, com Apoio Britânico

Fonte: (image from <http://www.arabianheritagesource.com/altehomepage/page138.html>).

e aos óbvios conflitos de interesse. Com o apoio Britânico, o movimento de Saud cresceu durante a guerra³¹, e veio a conquistar aquilo a que agora chamamos, consequentemente, Arábia Saudita, criando o primeiro estado islâmico radical moderno.

O crescimento dos Saud, de um grupo rebelde marginal para um Exército revolucionário e finalmente para uma potência regional interessada em exportar o seu modelo, é um caso de estudo interessante por si só. Se compararmos a muito reduzida contribuição que deram para a vitória aliada com as implicações que a sua forma de governo tem para toda a região um século depois, a amplitude dos erros cometidos em 1916 torna-se óbvia. Era no entanto um erro que iria ser amplamente repetido, com as mesmas previsíveis consequências, notavelmente no Afeganistão, contra os Soviéticos, e, muito recentemente, nos conflitos e crises do Médio-Oriente, com as potências Ocidentais a apoiar os “inimigos dos meus inimigos” mesmo quando os seus princípios ideológicos estão em contradição total com o objetivo final pretendido para a região e com os nossos princípios.³²

O contributo de ambos os erros pode ainda ser detetado no estado político atual do Médio Oriente e do Mediterrâneo em geral, bem como na situação atual das relações do Ocidente com o Islão. Ambos foram novamente repetidos quando o Ocidente teve que lidar com o colapso de outro Império, o Soviético. Mais uma vez, a verdade óbvia de que desmantelar um Império é um trabalho extremamente complexo e perigoso foi esquecida, é possível encontrar paralelos entre o esforço da Turquia de Kemal para definir o seu estatuto pós imperial e o esforço da Rússia de Putin para encontrar o seu estatuto pós-soviético. E, mais uma vez, constatamos que os fanáticos que lançamos contra os nossos inimigos acabam eventualmente por se virar contra nós.

Tudo podia, é claro, ter corrido horivelmente mal com outras escolhas. As guerras têm uma propensão natural para o imprevisível. Mas, olhando para as consequências, a longo prazo, das opções aliadas no Mediterrâneo durante a Grande Guerra, não podemos deixar de concluir que o caminho para o Inferno parece estar pavimentado com más estratégias.

Referências Bibliográficas

- Strachan, H., 2006. *The First World War*. London. Simon & Schuster.
- Werner, P., 1998. *World War One a narrative*. London. Cassell.
- MacMillan, M., 2013. *The war that ended peace*. London Profile Books.
- Massie, R. K., 2007. *Dreadnought*. London: Vintage Books Random House.
- Asprey, R. B., 1994. *The German High Command at War*. London. Warner Books.
- Murphy, D., 2008. *The Arab Revolt*. Oxford: Osprey.
- Hickey, M., 2002. *The Mediterranean Front 1914-1923*. Oxford: Osprey.

³¹ A sua contribuição para o esforço de guerra foi muito reduzida, sendo claro que usaram as armas e o dinheiro que lhes foram entregues para se fortalecerem, procurando essencialmente preparar-se para o inevitável conflito do pós-guerra com os seus rivais.

³² Os espanhóis têm um ditado brutalmente realista que diz “*Cría cuervos y te sacarán los ojos*”.

- Lawrence. Thomas E., 1962. *The seven pillars of wisdom*. London Penguin XX Century Classics.
- Sturton, I., 1996. *All the world battleships, 1906 to the Present*. United Kingdom: Conway Maritime Press.
- Hill, J.R., 1995. *The Oxford History of the Royal Navy*. Oxford: Oxford University Press.
- Van der Vat, D., 2010. *The Dardanelles Disaster*. London. Duckworth Overlook.
- Haythornthwaite, P. J., 1991. *Gallipoli 1915*. Oxford: Osprey.
- Mosier, J., 2001. *The myth of the Great War*. London. Profile Books.
- Philpott, W., 2014. *Attrition, fighting the First World War*. London: Little Brown.
- Prior, R. & Wilson, T., 1999. *The First World War*. London. Cassel.
- Lomas, David, 1999. *First Ypres 1914*. Oxford: Osprey.
- Evans, Marix, 2004. *Battles of world war I*. Rambsubury.Crowood Press.
- Pirocchi; A., data. *Italian Arditi Elite Assault Troops 1917–20*. Oxford, Osprey.
- Van der Kloot, W., 2010. *World War One fact book*. Gloucestershire. Amberley.
- Ireland, B. & Groove, E., 1997. *Jane's War at sea 1897-1997*. London. Harper Collins.
- Livesey, A., 1994. *The Viking Atlas of World War I*. Hormondsworth, Middlesex Viking.
- Livesey, A., 1997. *Great Battles of World War One*. New York. Smithmark.

A DOCTRINA E O TREINO MILITAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O EMPREGO DE FORÇAS TERRESTRES NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

THE DOCTRINE AND MILITARY TRAINING DURING THE PORTUGUESE FIRST REPUBLIC: THE LAND FORCES EMPLOYMENT IN WORLD WAR I

Cláudio Luís da Silva Ferreira

Major de Infantaria

Comando da Zona Militar dos Açores

Investigador Integrado do CISDI

Ponta Delgada, Portugal

clasf76@gmail.com

Resumo

A implantação da Primeira República em Portugal criou um ambiente de enorme instabilidade política e social, debilitando a maioria das instituições nacionais, incluindo o Exército. A República trouxe ao Exército uma das mais significativas reorganizações da sua história, provocando um impacto negativo na sua coesão e capacidade operacional, nas vésperas da participação na Primeira Guerra Mundial. A participação nesta guerra constituir-se-ia para o Exército como um enorme teste às suas componentes: física, moral e conceptual, particularmente na sua doutrina.

Concluimos que a doutrina do Corpo Expedicionário Português já integrava os ensinamentos da guerra, tendo sido aplicada nas operações realizadas na Flandres. Quanto ao treino, este foi na generalidade dos casos realizado de forma inadequada e manifestamente insuficiente.

A experiência da participação na guerra terá contribuído para a evolução doutrinária, mas o fator preponderante desta evolução foi a evolução tecnológica. A guerra foi o catalisador do desenvolvimento tecnológico, mas foi o desenvolvimento tecnológico que condicionou de forma decisiva a modificação do pensamento doutrinário.

Palavras-Chave: Primeira Guerra Mundial, Doutrina, Treino, Ofensiva, Defensiva.

Como citar este artigo: Ferreira, C., 2014. A Doutrina e o Treino Militar na Primeira República: O Emprego de Forças Terrestres na Primeira Guerra Mundial. Revista De Ciências Militares, novembro de 2014 II (2), pp. 61-83.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

Abstract

The establishment of the First Republic in Portugal created an environment of a tremendous political and social instability, which weakened most national institutions, including the Army. The Republic brought to the Army one of the most significant reorganization of its history, which had a negative impact on its cohesion and operational capability, on the eve of the participation in the First World War. The participation in this war would be for the Army a huge test to its physical, moral and conceptual components, in particular his doctrine.

We conclude that the doctrine of the Portuguese Expeditionary Corps, which had already absorbed the lessons of the war, was implemented in operations carried out in Flanders. As for the training, was in most cases insufficient and grossly inadequate.

The experience of participating in the war has contributed to the doctrinal evolution, but the prevailing factor was the technological evolution. The war was the catalyst for the technological development, but it was the technological development that forced in a decisive way, the changing of the doctrinal thinking.

Keywords: First World War, Doctrine, Training, Offensive, Defensive.

Introdução

Antes da Primeira Guerra Mundial (I GM), Portugal encontrava-se ameaçado no continente pela Espanha, nas colónias pela Alemanha e duplamente vulnerabilizado, porque o seu único elemento de política externa, assentava na aliança com Inglaterra, que conduzia uma política de transigência para com a Espanha e para com a Alemanha. Ao fator continental e colonial, temos de juntar o problema da legitimação nacional da República, que ainda estava por resolver e que causava uma enorme instabilidade e agitação na política interna da República (Teixeira, 2003, pp. 17, 20).

Como objetivo geral deste texto pretende-se efetuar uma análise da evolução da doutrina de emprego de forças terrestres (FT), decorrente da participação de Portugal na I GM, procurando alcançar os seguintes objetivos específicos: verificar se a doutrina era aplicada no treino e nas operações e identificar as diferenças fundamentais existentes na doutrina de emprego de FT nos períodos em análise.

Todo o estudo desenvolve-se em torno do conceito “doutrina”, tornando-se imperativo defini-lo à partida e descrever as dimensões e indicadores que vão ser tidos em consideração para a sua análise.

Paul Latawski (2011, p. 3) afirma que a temática da doutrina militar não tem recebido a atenção devida, dada a importância que representa. É a doutrina que determina a forma como as forças militares pensam, que experiências possuem, como combatem, como treinam, como se adaptam às mudanças operacionais e como olham para o futuro.

O conceito foi pela primeira vez abordado após a I GM, pelo estratega naval britânico Sir Julian Corbett, que se referiu à doutrina militar como “*the soul of warfare*”. Para Sloan

(2012, p. 243) esta afirmação revela o que é a doutrina, mas esconde muito sobre o conceito. Não explica como a doutrina militar é formulada, usada ou disseminada. Para melhor entendermos o conceito, é necessário contextualizá-lo e defini-lo.

Quanto à contextualização, a doutrina enquadra-se na componente conceptual (que além da doutrina, inclui os princípios da guerra e desenvolvimento), do potencial de combate, que em conjunto com a componente física (pessoal, equipamento, logística, treino e prontidão) e a componente moral (motivação, liderança e gestão) garantem ao Exército a capacidade para cumprir qualquer missão, uma vez que o potencial de combate pode ser aplicado em todo o espectro do conflito (Exército Português, 2012, pp. 2 e 22).

A doutrina nacional entende-a como o “... conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército, na prossecução dos objetivos nacionais. Têm um caráter imperativo mas exigem julgamento na sua aplicação” (Exército Português, 2012, p. XIII).

Para definir as dimensões utilizadas para analisar a doutrina, adotou-se a visão preconizada no modelo para o estudo da História Militar do General Loureiro dos Santos, que apresenta quatro domínios da arte militar: a política, a técnica, a doutrina e a organização. No domínio da doutrina, o modelo contempla três níveis: a estratégica, a tática e a logística (Santos, 2010, p. 21). Sendo o objeto deste ensaio apenas a doutrina de emprego de forças e não a sua sustentação, serão analisadas as dimensões da doutrina ao nível estratégico e tático.

Sloan (2012, p. 244) refere que a doutrina militar é tida como a ponte entre o pensamento e a ação. Desta forma, a análise apenas da doutrina ao nível estratégico e tático seria redutora. Será assim considerado também o pensamento militar como dimensão da análise, na perspetiva de como este influenciava a forma de conduzir a guerra, e consequentemente a doutrina utilizada na aplicação do aparelho militar.

Para a dimensão *pensamento militar*, identificámos em cada um dos períodos, qual a principal ameaça a Portugal que orientava o seu pensamento sobre a forma de fazer a guerra e quais as principais influências por detrás do pensamento militar português, no que diz respeito ao emprego de forças em operações.

Relativamente à dimensão doutrina ao nível estratégico, ao extrapolarmos o conceito para a época em estudo, verificámos que ainda não existia uma clara distinção entre a estratégia total, gerais e particulares.

Até depois da I GM, a estratégia era simplesmente a estratégia militar. Era esta que definia os objetivos a serem atingidos. Este conceito estava subordinado às ideologias dos principais generais prussianos, como von Moltke, para quem a estratégia era a adaptação prática dos meios dos generais, para alcançar os fins da guerra. A I GM trouxe características de uma guerra de cariz global, que obrigou a que o conceito de estratégia tivesse de evoluir (Arrifes, 2004, p. 37), mas durante o período em estudo, a estratégia é tão-somente a estratégia militar relativa ao emprego de forças no campo de batalha.

A estratégia militar relacionava-se com utilização da força militar no Teatro de Operações, visando os objetivos definidos pela política, sendo estritamente operativa, ou representava uma noção restrita e pura de estratégia operacional da atividade militar na Guerra (Duarte,

2009, pp. 182-183), contrariamente ao conceito atual, em que a estratégia militar, relativamente ao desenvolvimento e aplicação da força (âmbito deste ensaio), é entendida nas vertentes genética, estrutural e operacional.

Por conseguinte, analisaremos a *estratégia militar* como segunda dimensão do estudo, na sua componente operacional, verificando nos períodos em análise, qual a orientação dada à força militar terrestre, no que diz respeito ao seu emprego, em termos operacionais, no plano interno e no plano externo.

Sendo o objeto de estudo a *doutrina de emprego de forças terrestres*, que se relaciona diretamente com as operações militares, que segundo Colin Gray (2005, p. 113) cobre os aspetos relativos ao desempenho militar no campo de batalha contra um inimigo, a última dimensão em análise, a *doutrina do nível tático*, será o principal foco do presente texto e será analisada em duas subdimensões, a *ofensiva* e a *defensiva*. Cada uma destas subdimensões será comparada nos períodos em análise, nos seus principais indicadores¹, as *fases das operações* e as *formas de manobra* adotadas. Será dado particular enfoco à infantaria e à artilharia, porque a maioria das operações realizadas na I GM, caracterizaram-se fundamentalmente pelo emprego deste tipo de unidades.

1. DO FINAL DA MONARQUIA À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A nossa Marinha e o nosso Exército, carecia de ser remodelado, para nos servirmos de uma frase popular, dos “pés à cabeça”.

Abel Botelho, 1911

Com a implantação da República veio o decreto “Reorganizando o Exército”, de 25 de maio de 1911 (Matos, 2003, p. 117), procedendo-se à reestruturação do Exército em moldes republicanos à imagem do Exército Suíço, competindo-lhe três missões fundamentais: assegurar a soberania nacional, garantir a pacificação, a ordem e paz nos territórios ultramarinos e apoiar a política externa do Estado (Lousada, 2010, p. 1).

A reorganização era extensa e pretendia alterar significativamente a filosofia basilar do Exército. A República assumiu que o Exército permanente era uma força liquidada e instituiu um de base miliciana, alicerçada no pensamento de que a defesa da pátria assentava no conceito de serviço militar geral e obrigatório, estendendo-se às diferentes atividades da nação e não apenas às Forças Armadas (Ferreira, 2007, p. 261).

Matos (2003, p. 117) refere que a reorganização foi feita “... com um programa militar, que ao menos na aparência era utópico”. Foram destruídos os mais elementares valores da instituição e com eles a capacidade operacional de um Exército, que ainda recentemente tinha dado provas da sua operacionalidade. Por um lado, consagrou-se na lei a criação de um Exército Miliciano, por outro, manteve-se um núcleo de oficiais permanentes em quem a República não confiava, o que viria a transformar uma máquina militar capaz e competente,

¹ São estes os principais indicadores descritos na doutrina da época.

numa força desfeita, onde reinava a indisciplina e a desconfiança e que se preocupava maioritariamente com problemas internos (Telo, 2013a).

a. O Pensamento Militar

Em termos de pensamento militar a Guerra da Secessão Americana tinha demonstrado que estávamos perante uma nova forma de fazer a guerra. A mobilização industrial em elevada escala, destacando-se o emprego dos caminhos-de-ferro e da metralhadora, contrastou com um deficiente emprego tático das armas, nomeadamente da infantaria. Ainda mais prenunciador do tipo de guerra que viria, foi o emprego de trincheiras nas etapas mais avançadas da Guerra da Secessão. Ainda assim, a Europa preferiu não atender a estes sinais, atribuindo estes fatores à incapacidade do soldado americano (Fernandes, 2003, p. 512), até porque poucos anos depois, a guerra Franco-Prussiana, centraria novamente a forma de fazer a guerra, na guerra de manobra e na prevalência da ofensiva sobre a defensiva.

As alterações verificadas eram evidentes. Ao nível estratégico, o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e do telégrafo, fizeram com que o Exército Prussiano conseguisse movimentar efetivos como nunca antes visto, fazendo com que as batalhas deixassem de ser coordenadas sob orientação de um único comandante, começando-se a dar maior importância e liberdade aos oficiais subalternos. Ao nível tático, o desenvolvimento do armamento potenciou o alargamento e profundidade das frentes, porque os exércitos começaram a ser batidos ainda antes de poderem ver o inimigo (Howard, 2002, pp. 19-20).

Entre 1900 e o início da I GM, surgem três novas preocupações que vão condicionar o pensamento militar português. A primeira, o aumento das rivalidades europeias, levavam a concluir que uma guerra na Europa era provável e era necessário pensar como Portugal se posicionaria perante esta situação.

A segunda preocupação é resultante da ameaça espanhola. Depois de perdidas as suas colónias na América, a Espanha aproxima-se da Inglaterra e da França e obtém autorização internacional para se expandir no Norte de Marrocos, que passará a ser o foco da atividade militar espanhola, que pretende também subordinar ou anexar Portugal. As instáveis e sempre preocupantes relações luso-espanholas agravaram-se com a implantação da República (Lousada, 2007a, p. 111) e a ameaça torna-se mais forte depois do regicídio de D. Carlos, quando Afonso XIII tenta obter autorização internacional em Londres para a invasão de Portugal, com o pretexto de manter a ordem (Telo, 2003, p. 355).

Em terceiro lugar, surge a preocupação com a agitação interna, que vai obrigar o Exército a intervir internamente para conter a instabilidade política e a desordem.

Assim, no indicador *ameaça*, Amaral (1907, p. 15) e Esteves (1908, p. 31), consideram Espanha como a única ameaça aos interesses nacionais, mas discordam quanto à forma de a deter. O Almirante Ferreira do Amaral considerava ser impossível sustentar uma invasão espanhola sem o apoio inglês e em caso de necessidade, a soberania devia ser garantida pela defesa da capital, assente no Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL) (Amaral, 1907, p. 52).

Raul Esteves considerava que a ameaça espanhola tinha de ser parada se possível junto da fronteira. As forças nacionais deviam estar organizadas de forma a numa primeira fase serem

capazes de responder a qualquer surpresa, numa segunda fase, garantir um retardamento destinado a demorar a marcha e a desgastar o invasor e só numa terceira fase se deveria realizar uma defesa sólida, assente nas linhas de Torres Vedras e não no CEL (Esteves, 1908, pp. 93 e 244).

No indicador *influência*, as vitórias prussianas sobre o Império Austríaco e sobre a França, nas décadas de 1860 e 1870, marcam fortemente o pensamento militar da época. Raul Esteves é um fiel seguidor de Clausewitz, revela-se como um ofensivista puro, que acreditava que a guerra defensiva conduzia a um espírito de inferioridade moral. Para Esteves, mesmo em inferioridade numérica dever-se-ia atacar, pois só um espírito ofensivo poderia conduzir a desfechos conclusivos. A história demonstra que exércitos mais fracos, infligiram derrotas a exércitos mais fortes, graças à ofensiva, enquanto na defensiva, forças inferiores conseguiram repelir forças superiores, mas nunca obtiveram um resultado conclusivo (Esteves, 1908, p.384).

b. A Estratégia Militar

No indicador *plano interno*, o emprego do Exército é visto nos mesmos moldes do período da Monarquia. A estratégia de emprego de forças na defesa do território é reforçada na lei de 1911, continuando o CEL a ser o elemento central no plano de defesa (Telo, 2003, p. 364).

Em caso de ataque ao território nacional, a estratégia portuguesa contemplava um conjunto de forças de cobertura, que seriam realizadas pelas oito divisões que se dispunham no território continental, de forma a cobrir os principais eixos em direção à capital. Estas forças eram responsáveis por efetuar o retardamento das forças adversárias até ao CEL, que era o único local onde se oporia uma séria defesa, no sentido de ganhar tempo para receber ajuda externa, que só poderia vir de Inglaterra, mas que deixava a capital ao alcance da agora mais desenvolvida artilharia (Telo, 2003, p. 358).

No indicador *plano externo*, em 1890, Portugal conduziu uma clara viragem na sua estratégia militar para África, embora a sua presença fosse sentida em todo o território ultramarino, nomeadamente na Índia. O ultimato² lançado pela Grã-Bretanha neste ano, permitia concluir que ou se ocupava rapidamente o litoral dos territórios ultramarinos, ou o império estava perdido. Destaca-se neste período o emprego do Exército Colonial nas campanhas de pacificação em Angola e Moçambique.

c. A Doutrina do Nível Tático

A República, apesar da reorganização do Exército, manteve a doutrina da Monarquia, uma vez que desde 1908 não existia qualquer reequipamento do Exército, que justificasse alterações doutrinárias.

A doutrina do nível tático coincide com o pensamento militar de Raul Esteves. Era uma doutrina claramente voltada para a ofensiva, baseando-se no princípio, de que para se obter

² Em 11 de janeiro de 1890 a Grã-Bretanha lançou um ultimato a Portugal, exigindo a retirada dos territórios ultramarinos, fruto da tentativa de Portugal ligar Angola à contraencosta que acabou por irritar a Grã-Bretanha. As relações com a velha aliada só se voltariam a normalizar em 1899 com os tratados de Windsor (Lousada, 2007b, p. 47).

sucesso na guerra, era necessário exercer uma ação desigual sobre o inimigo, de forma a concentrar maiores efetivos num ponto decisivo, o que só era possível com operações ofensivas (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 186).

(1) As Operações Ofensivas

Na ofensiva as unidades dispunham as suas forças em duas linhas táticas, em que a primeira se fracionava por sua vez em dois escalões. O 1º escalão era constituído pela linha de atiradores e reservas dos batalhões em 1º escalão, pelo reconhecimento e pelas forças de preparação e execução do combate. O 2º escalão era constituído pela reserva do 1º escalão, a quem competia apoiar o 1º escalão da 1ª linha tática.

A 2ª linha tática era composta pelas reservas gerais da unidade e destinava-se a ser empregue na proteção da 1ª linha tática, ou noutras missões que surgissem no decorrer da operação (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 184-185).

Relativamente ao indicador *fases da operação*, a doutrina do período em análise contemplava quatro fases. *Os Preliminares do Combate* eram a primeira fase e destinavam-se a orientar o comando, garantindo-lhe tempo e espaço para desenvolver as formações de combate (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 186-187).

Na segunda fase, a do *Combate de Preparação*, os batalhões do 1º escalão adotavam a formação de combate e avançavam em direção ao inimigo, aproveitando o terreno e, abrindo fogo quando necessário, para vencer a resistência do inimigo. Neste movimento para a frente, em que executavam a marcha por lanços sucessivos, repeliam os Postos Avançados (PA) do inimigo e ocupava-os, preparando-se para os defender (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 187-90).

Seguia-se o *Ataque Decisivo*. As unidades encarregues desta ação aproximavam-se do inimigo por itinerários cobertos dos fogos e das vistas, até um abrigo, o mais próximo possível da posição inimiga, aguardando aí o momento da sua entrada em ação (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b, pp. 145-150).

Caso o ataque não tivesse sucesso ou se o comandante decidisse abandonar a ação, dava-se a fase da *Retirada*, que podia assumir duas formas. Na Retirada Forçada, as forças faziam-no de forma organizada, apoiadas por forças à retaguarda. Na Retirada Voluntária, realizava-se após o desenvolvimento da Guarda Avançada (GA), mas antes da linha de combate estar empenhada, procurando-se através de fogos intensos não manifestar a intenção da retirada (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 191).

Relativamente ao indicador *formas de manobra* a doutrina tática desta época contemplava apenas duas. Um *Ataque Frontal* em linhas sucessivas ao longo da frente, que poderia ser conjugado com um ataque secundário num dos flancos, ou um *Ataque de Flanco* como ataque principal, conjugado com um ataque secundário ao longo da frente.

Se o ataque principal fosse realizado sobre a frente, onde atuavam as forças responsáveis pelo *Combate de Preparação*, as forças que executavam o ataque decisivo seguiam à sua retaguarda. Se o ataque decisivo ocorresse sob um dos flancos, este era conjugado com

o da frente, dirigindo-se sobre o objetivo com sucessivos reforços da linha de fogo até ao lançamento do assalto (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 190-191).

(2) As Operações Defensivas

No indicador *fases da operação*, destacam-se cinco fases.

Na primeira fase, *Preliminares do Combate*, as forças dos Postos Avançados de Segurança (PAS), entravam em combate com o intuito de ganhar tempo, para que o comando pudesse tomar as disposições necessárias na linha defensiva principal. De seguida, os Postos Avançados de Posição (PAP) obrigavam o adversário a retardar o seu movimento e a revelar as suas intenções.

Na segunda fase, *Combate de Preparação*, os batalhões em 1º escalão da 1ª linha tática abandonavam a formação de concentração ou de marcha e ocupavam posições de espera à retaguarda dos sectores, atrás da linha principal de resistência, ocupando na frente apenas pontos de apoio e os flancos, enquanto a direção do inimigo não estivesse devidamente esclarecida. Quando esta fosse determinada ocupavam as suas posições, abrindo fogo logo que o inimigo estivesse à distância de ser alvejado, para retardar o seu movimento. Os batalhões em 2º escalão da 1ª linha tática aproximavam-se dos batalhões em 1º escalão, para os reforçar pelo fogo ou dar-lhes capacidade para desenvolver um movimento ofensivo (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp.194-197).

Surgia de seguida a terceira fase, o *Contra Ataque*. Este era desenvolvido quando o inimigo estivesse desgastado pela preponderância dos fogos da defesa, quando se mostrasse vacilante, ou quando cessasse o fogo para se lançar ao assalto. Podia ser parcial, se desenvolvido sobre uma parte da linha da frente e por ordem de qualquer comandante de sector que dispusesse de reservas parciais, ou geral, quando realizado pela reserva geral, sob ordem do comandante da força, sendo efetuado de acordo com as regras de um ataque decisivo, ficando as forças das linhas de defesa a funcionarem como as forças do combate de preparação e a reserva, como as forças do ataque decisivo (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp.197-198).

A quarta fase designava-se por *Retorno Ofensivo*. Caso o assaltante ocupasse a posição, obrigando a um abandono por parte das forças amigas, eram empregues as reservas e as forças menos desgastadas pelo combate, para reconquistar o terreno perdido.

A última fase designava-se por *Retirada* e era realizada para evitar o choque ou no caso das forças serem repelidas pelas forças adversárias. A retirada da infantaria era apoiada pelos fogos de artilharia (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b, pp. 158-161).

Relativamente ao indicador *formas de manobra*, embora os regulamentos da época não o refiram explicitamente, da análise efetuada, deduzimos que existe apenas uma, a *Defesa de Posição*. Esta era mais ou menos linear, dependendo do terreno onde se desenvolvia, mas seria sempre organizada com uma área de segurança, onde eram dispostos os PAS e os PAP, e uma área de defesa, onde se realizava a resistência principal (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 194).

2. O PERÍODO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O Exército de 1914 não é a força de cidadãos e milicianos com que a República sonhou, mas também não é o Exército disciplinado, unido e coeso que D. Carlos tinha erguido.

Telo, 2013

a. O Pensamento Militar

Portugal entendia que os conflitos entre potências continentais eram resolúveis apenas no espaço europeu mas, apesar desta visão, a partir de 1914 iniciaram-se os conflitos com a Alemanha nos territórios ultramarinos, depois de em 1881 a Alemanha ter começado a construir um verdadeiro império colonial (Arrifes, 2004, pp. 95 e 97).

No indicador *ameaça*, além da ainda presente ameaça espanhola, surge a ameaça alemã, que passa a ser oficial, em nove de março de 1916, com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em virtude do aprisionamento de navios alemães em portos portugueses, a pedido da Inglaterra e em nome da aliança (Martins, 1945, p. 519).

No indicador *influência*, considerámos que apesar do pensamento militar no período da I GM ser semelhante ao do período anterior, a forma como se faz a guerra está marcada pelos acontecimentos da Guerra de Trincheira que decorria no Teatro Europeu.

O pedido do governo britânico, a 10 de outubro de 1914, para que Portugal deixasse a posição de neutralidade, leva a que se desloquem a Londres uma missão de três oficiais de Estado-Maior para conferenciarem com o Estado Britânico os contornos da cooperação, resultando numa série de acontecimentos que conduziram o país à cedência de armamento a Inglaterra destinado à África do Sul e à preparação de uma Divisão Auxiliar para a eventualidade de ter de participar no Teatro Europeu (Martins, 1945, p. 518).

b. A Estratégia Militar

A reorganização de 1911 fez com que o Exército ficasse muito mais vocacionado para a defesa do território nacional, ainda que com grandes limitações, do que para uma intervenção além-fronteiras, incluindo nos territórios coloniais (Afonso & Gomes, 2003, p. 101), ainda assim, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a estratégia militar no indicador *plano externo* compreende o emprego de forças no Teatro Europeu, solicitadas pelos ingleses e pelos franceses, ao qual Portugal acedeu com o intuito de prosseguir os objetivos nacionais de garantir a posse das colónias, criar condições para afastar a ameaça espanhola e afirmar internacionalmente a jovem República. Além do Teatro Europeu, o Exército Colonial continua a ser empregue nos territórios ultramarinos, principalmente no Sul de Angola e no Norte de Moçambique, mas também em todos os restantes territórios do império.

No indicador *plano interno*, o emprego do Exército na defesa do território não sofreu qualquer alteração relativamente ao período anterior em análise.

c. A Doutrina do Nível Tático

Em 1916, o CEP, reconhecendo que a doutrina em vigor não seria adequada à guerra que se desenrolava na Europa, publicou um manual direcionado para este tipo de conflito, que era resultante de três importantes fatores: a contínua proximidade das forças adversárias; o tempo durante o qual as forças ocupavam, em geral, o mesmo terreno; a execução forçada de ataques frontais, enquanto os dois beligerantes permaneciam na defensiva (CEP, 1916, p. 3).

Estes fatores fazem com que as primitivas trincheiras da doutrina tática do período da Monarquia se transformem num complicado sistema de entrenchement, cujo traçado e organização são fortemente influenciados pela natureza da artilharia adversária.

Nesta guerra estática, a artilharia conseguia manter um fogo vivo em todas as ações da infantaria, o que seria impossível numa guerra de movimento, por causa das dificuldades de remunição. Consequentemente, a artilharia adquire a capacidade de rapidamente executar uma barragem em frente a qualquer ataque, o que leva a que os ataques tenham de ser executados de surpresa logo, as trincheiras de onde estes partem, não podem estar a grandes distâncias das do inimigo. A forma das fortificações de campanha da I GM é uma consequência dos meios empregues (CEP, 1916, pp. 3-5).

(1) As Operações Ofensivas

No indicador *fases da operação*, a doutrina do CEP contemplava três fases.

A *Preparação para o Ataque* iniciava-se várias semanas antes do mesmo e implicava a execução de reconhecimentos ao sistema de trincheiras do inimigo, através de uma constante observação e emprego de patrulhas de reconhecimento. O esquema defensivo do inimigo também era estudado através da observação de fotografias aéreas tiradas a partir de aeroplanos (CEP, 1916, p. 52).

Efetuada os reconhecimentos era gizado um plano de ataque seguindo-se um período de instrução. Esta primeira fase contemplava ainda a preparação de trincheiras para o ataque, que eram iniciadas muito antes do dia do ataque, para que não se revelasse as intenções ao adversário (CEP, 1916, p. 53).

Na segunda fase era realizado um intenso *Bombardeamento Preliminar* de artilharia, no sentido de destruir as defesas do inimigo, principalmente os pontos de apoio e metralhadoras, acompanhado por fogos de morteiros, dos granadeiros e da infantaria, para evitar a reconstituição da defesa do inimigo (CEP, 1916, pp. 55-56).

Na terceira fase dava-se o *Assalto*. A artilharia alongava o tiro de forma a barrar os possíveis reforços do inimigo. As tropas do assalto, constituíam vagas lineares sucessivas, distanciadas entre si de cerca de 45 metros, com os homens separados por dois metros. O número de vagas dependia dos objetivos a atingir, a infantaria marchava em direção à trincheira inimiga em passo moderado e ordenado, de forma a manter-se a linha do ataque (CEP, 1916, pp. 56-57).

Relativamente ao indicador *formas de manobra*, da descrição anteriormente efetuada, deduzimos claramente que apenas estava prevista uma forma de manobra para as operações ofensivas, o *Ataque Frontal*. Este era executado por forças de infantaria, apoiadas por fogos de artilharia e metralhadoras.

(2) As Operações Defensivas

Relativamente ao indicador *fases da operação*, o manual doutrinário do CEP descreve-as suficientemente bem, para inferirmos que as operações se desenrolavam em três fases.

A primeira consistia na *Evacuação Temporária e Parcial da Linha Avançada*, uma vez que um ataque de grande envergadura era normalmente precedido de grandes bombardeamentos, que podiam durar dias. A infantaria evacuava provisoriamente a linha da frente à exceção dos pontos de apoio e dos pontos fortificados.

Na segunda fase, *Defesa do Sector Defensivo*, a infantaria sustinha até ao limite os pontos de apoio na frente, mesmo com o risco de envolvimento, uma vez que estes obrigavam o inimigo a dividir as suas forças, contribuindo para o sucesso de um posterior contra ataque, uma vez que a doutrina do CEP, assume que os alemães têm como *modus operandi* o envio de um pequeno efetivo de soldados, e só no caso destes terem sucesso, é que enviam mais efetivos (CEP, 1916, p. 51).

Na terceira fase, a do *Contra Ataque*, destinava-se a repelir forças inimigas que conseguissem penetrar nas linhas amigas e era executado através de um ataque planeado pela infantaria, conjugado com fogos de artilharia (CEP, 1916, pp. 49-50).

No indicador *formas de manobra*, a doutrina do CEP contemplava apenas uma forma de defesa. Esta consistia numa *Defesa de Posição*, com a zona principal de resistência assente na linha de defesa mais avançada e as forças dispostas em profundidade (CEP, 1916, pp. 3-5).

3. A APLICAÇÃO DA DOUTRINA DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

a. O Treino

O treino recebido em Tancos revelou-se completamente inadequado relativamente à guerra de trincheiras da Flandres, o armamento era diferente, o fardamento utilizado na guerra era outro. Em suma, o treino foi à portuguesa e a guerra à inglesa.

Lousada, 2007

A reorganização de 1911 tinha a intenção de implementar o conceito de Nação em Armas, enquadrada por oficiais milicianos e um pequeno número de profissionais. A escola de oficiais milicianos instituída pela reorganização do Exército não funcionou como previsto. A redução de oficiais do quadro foi pouco significativa e o espírito de serviço militar universal e obrigatório só começou de facto a ser cumprido depois da entrada de Portugal na I GM (Telo, 2013a). O treino serviu para legitimar a República, em vez de preparar o Exército para o seu fim específico (Martins, 1945, p. 503).

Em 1916 iniciaram-se as medidas necessárias ao estado de guerra, preparando forças para a defesa da capital. Em Tancos preparava-se uma Divisão Auxiliar, prevendo o seu emprego no interior ou no exterior do território, conforme as circunstâncias viessem a exigir (Martins, 1945, p. 519).

No que diz respeito ao treino específico do CEP, refere Lousada (2007, p. 116), “... um Corpo do Exército, constituído por 55 mil homens. Esse efetivo foi desadequadamente preparado em Tancos, porque se “apostou” nas marchas forçadas para a infantaria, extenuantes exercícios de cavalaria e preparação de tiro feito com armas jamais utilizadas na Flandres...”.

Já no teatro de operações da Flandres, as forças portuguesas receberam instrução especial dos ingleses nos campos de instrução modulares e nas próprias brigadas inglesas, onde os batalhões portugueses eram integrados. Só depois deste período de adaptação as forças portuguesas assumiram a frente. As primeiras forças portuguesas chegaram ao teatro da Flandres em oito de fevereiro, mas só em 30 de maio, é que a 1ª brigada portuguesa já instruída assumiu a frente (Martins, 1945, p. 521-522).

Também no teatro da Flandres, o decurso dos treinos não decorreu da melhor forma. As constantes mudanças de local de acantonamento durante o período de preparação, com prejuízo para a instrução e treino, as dificuldades constantes de equipamentos, a falta de instrutores e a falta de instruções claras por parte dos ingleses, que deram ordens prematuras a batalhões que ainda não estavam prontos a marcharem para as trincheiras, contribuíram para que o treino tivesse sido realizado de forma atabalhoada e pouco consistente (Monteiro, 1918, p. IV).

A organização do CEP foi inteiramente adaptada à organização britânica, desaparecendo a unidade regimento, sendo substituída por brigadas a quatro batalhões (Martins, 1945, p. 523). As primeiras forças fundearam em Brest a 2 de fevereiro de 1917, ainda com a organização portuguesa e a 20 deste mesmo mês, a reorganização já tinha sido efetuada (Costa, 1920, p. 19).

b. As Operações de Combate

E assim, tendo o peso da ofensiva alemã de nove de abril incidido, principalmente, sobre o sector português, guarnecido por forças numericamente insuficientes e desmoralizadas por causas várias, não há que estranhar que estas cedessem.

Gomes da Costa, 1920

Ao nível tático, o CEP empregou nas operações a doutrina que lhe foi imposta pelos ingleses, que era utilizada por todos os aliados, seguindo o conceito da ordem paralela da guerra (Jomini, 2008, p. 144). O plano de defesa das divisões era extraído do plano de defesa do corpo que, por sua vez era uma tradução do plano britânico que contemplava:

Uma Primeira Linha de Defesa, a cargo das divisões, com a sua frente entre os 80 a 250 metros da “terra de ninguém”, constituída por três linhas de trincheiras: a Linha A, mais à frente, era descontínua e protegida por uma faixa tripla de arame farpado, com as filas separadas por 10 metros; a cerca de 300 a 800 metros da Linha A, ficava a Linha B, que era uma linha mais robusta e contínua, ladeada por artilharia pesada e protegida por arame farpado, com depósitos para munições, mantimentos e abrigos para os homens. Esta era a linha principal de resistência; a Linha C, 500 a 800 metros à retaguarda da B, era destinada a

receber as tropas batidas nas Linhas A e B, sendo formada por pequenas obras de construção, onde ficavam os comandantes de batalhão (Costa, 1920, pp. 63-64).

Entre 2,5 a 3 Km à retaguarda da Primeira Linha de Defesa, dispunha-se a Linha Intermédia, da responsabilidade do corpo, conhecida como Linha das Aldeias, que era composta por um misto de aldeias e ruínas, que no fundo era uma linha das reservas das divisões, onde estas deveriam manter uma das suas brigadas e onde se dispunham as metralhadoras para bater os caminhos no interior da posição (Costa, 1920, pp. 66-68).

A cerca de 6 Km da Linha A, constituída por grandes fortificações de campanha com ligações às linhas de comunicação a ocidente, surgia a Segunda Linha de Defesa (Lousada, 2007a, p. 117). Esta linha de retaguarda estava a cargo do Exército.

Nas Operações Ofensivas, a unidade base da infantaria era o pelotão, a sua formação normal para o combate era a ordem extensa em duas linhas de uma fileira, constituindo uma vaga de assalto. Cada uma destas linhas era formada por atiradores, granadeiros e metralhadoras (Costa, 1920, pp. 58-59). Lousada (2007a, p. 107) refere que, os granadeiros e as metralhadoras ligeiras deslocavam-se nos flancos e que estas vagas, normalmente esbarravam nas posições defensivas, fortemente organizadas.

A I GM, no Teatro Europeu, caracterizou-se por fogos devastadores provocados pela artilharia de tiro rápido, pelo aparecimento em larga escala das metralhadoras, do vetor aéreo e pela utilização do gás. Estas evoluções técnicas paralisaram o campo de batalha, transformando uma guerra de movimento numa guerra estática de pura atrição. Houve, no entanto, algumas tentativas para romper as linhas de trincheira e vencer a imobilidade do campo de batalha. A primeira tentativa deu-se em 1915 na frente do Ypres, com o emprego de gases por parte dos alemães contra os canadianos, o que se viria a estender a toda a frente. A segunda tentativa foi perpetrada pelos ingleses no Somme, através do emprego de Carros de Combate (CC), destinados a romper as linhas alemãs. Os CC apareceram em força em 1917 na Batalha de Cambrai, mas também foram incapazes de vencer a imobilidade da guerra, pois a artilharia minimizava o seu poder. A terceira tentativa surgiu com o aparecimento do vetor aéreo.

O passo decisivo para romper a imobilidade da guerra viria a ser a combinação de todos estes sistemas, embora esta combinação tenha aparecido numa fase muito tardia do conflito (Henriques, 2013).

4. O PERÍODO PÓS PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Decorridos 15 anos da I GM, foram introduzidas novas alterações na organização do Exército (Decreto 11:856 de 1926), no sentido de o ajustar às necessidades da guerra moderna, passando a figurar na sua organização os ensinamentos desta, não esquecendo a política externa e interna do país, principalmente a sua condição económica e financeira (Ministério da Guerra, 1926, p. 706).

Esta reforma alterou alguns aspetos do sistema miliciano de 1911, adotando um sistema misto ao estilo inglês e indo buscar pontos à nova organização do francês no que se relaciona com a organização territorial e com a doutrina. O país, que estava dividido em oito

circunscrições de divisão, passou a estar organizado em quatro regiões e um governo militar (Ministério da Guerra, 1926, p. 708).

Foram igualmente criadas novas unidades e alteradas outras. Quanto à doutrina, o Decreto 11:856 refere que, comparada com a congénere de 1911, apenas apresenta alguma diferença na tecnologia e na ordem por que eram enumerados os diferentes elementos do Exército, tendo sido atendida a importância das armas para o combate (Ministério da Guerra, 1926, p. 707).

a. O Pensamento Militar

No indicador *ameaça*, o afastamento da iminência do perigo espanhol na península foi um dos principais dividendos políticos que Portugal retirou da participação na I GM (Lousada, 2007a, p. 119), mas a tensão luso-espanhola manteve-se, principalmente fruto da diferença de regimes políticos. Segundo o General Loureiro dos Santos, a ameaça espanhola é uma constante ao longo da história do país, exceto no período da formação de Portugal, até D. Dinis (Santos, 1991, pp. 67-69).

A ameaça de qualquer potência europeia aos interesses nacionais nas colónias deixou de existir, fruto dos acordos assinados no pós-guerra. Silva (1924, pp. 127-130) refere que o país devia focar-se na defesa da Metrópole, através de uma política de dissuasão contra Espanha, e na estabilização dos territórios ultramarinos.

Relativamente ao indicador *influência*, os principais contendores na I GM fizeram leituras diferenciadas da guerra. Surgiram novas correntes de pensamento militar, mais voltadas para uma perspetiva de guerra global, que viriam a ter um forte impacto na forma de fazer a guerra no período entre guerras e na Segunda Guerra Mundial (II GM). *“Clausewitz rejeitava a ideia de que há uma maneira engenhosa de desarmar e vencer o inimigo sem grande derramamento de sangue e essa é apropriadamente a tendência da Arte da Guerra. (...) Os seus ensinamentos, manejados por discípulos irrefletidos, serviram para incitar generais a procurarem a batalha a todo custo, em lugar de criarem uma oportunidade vantajosa para disputá-la (...) a arte da guerra foi reduzida, em 1914-18, a um processo de carnificina mútua”* (Liddell Hart, 1982, p. 237).

Contrariando esta ideologia *Clausewitziana*, o pensamento militar inglês passou a focar-se nos recursos e assentou na sua doutrina clássica, que desde o século XVII se baseava na trilogia entre alianças, cerco e atrição (Kennedy, 1991, pp. 11 e 29). No cerne desta ideologia estava o pensamento de Liddell Hart, que se baseava numa guerra de desgaste, através de ações periféricas das ações dos aliados, do domínio do mar e do comércio mundial, por forma a arruinar a estabilidade económica e militar do adversário (Duarte, 2009, p. 42).

Para o pensamento militar americano a questão dos recursos também era essencial, mas contrariamente ao pensamento inglês, a forma de fazer a guerra não se restringia ao desgaste do inimigo, mas sim em vencê-lo o mais rápido possível, através de uma grande concentração de poder bélico. Este poder bélico era o resultado de se dispor de mais recursos, nomeadamente tecnológicos, demográficos, militares e económicos (Duarte, 2005, p. 43).

O pensamento militar francês ficou determinantemente marcado pelo fogo. O fogo passou a ser o elemento preponderante da guerra e da sobreposição da doutrina defensiva à ofensiva. Para o Marechal Foch, a ofensiva só fazia sentido quando o terreno era favorável e existia a possibilidade de uma enorme preparação de fogos, caso contrário a defensiva deveria prevalecer sempre. É este pensamento que explica a construção da Linha *Maginot* que, para os franceses, era a única forma de travar uma ofensiva germânica, dado o seu menor poder tecnológico, industrial e demográfico (Duarte, 2005, pp. 43-44).

Não obstante, este menor poder relativo da França em relação à Alemanha foi utilizado na primeira década que se seguiu à I GM, para orientar a França para uma doutrina ofensiva, com a justificação de que, só atacando a Alemanha seria possível fazer face a um maior poderio germânico. Por outras palavras, o menor potencial relativo francês face ao alemão orientou a França para uma postura ofensiva na década de 1920 e para uma doutrina defensiva na década de 1930 (Kier, 1996, pp. 188-190).

Para os alemães, a palavra-chave do seu pensamento militar no pós-guerra era o material (*materialschaft*). Este deveria ser entendido em três vertentes: como recurso, como tecnologia e como dinâmica (o que engloba as duas anteriores e refere-se ao movimento).

Para Geyer (1996, p. 538), a Alemanha substituiu a estratégia pelo princípio tecnocrático, assente na ditadura técnica de Hindenburg e Luddendorff. As máquinas proporcionavam movimento e a tecnologia permitia velocidade e rapidez na ação. Para os alemães o pensamento militar resultante da I GM combinava velhas tradições de Moltke, tais como *Schwerpunkt* (centro de gravidade) e *Auftragstaktik* (diretiva tática) com a nova tática desenvolvida pela infantaria na I GM, *Stosstrupp tactics* (tropas de assalto/choque). Esta nova doutrina, designada por *Bewegungskrieg* (guerra como movimento) assentava numa doutrina tática de grande manobrabilidade e estreita cooperação entre todas as armas (Citino, 1999, pp. 43-45).

O pensamento militar russo assentava na guerra das massas. A massificação advém de três dimensões: a geográfica, a humana e a tecnológica, e estipula uma massificação demográfica, de meios e de movimento. A arte operacional russa assentava em forças terrestres e aéreas capazes de atingir objetivos estratégicos. Já a doutrina concretizava-se com sucessivas e interligadas operações, com vista à destruição do adversário na sua profundidade (Duarte, 2005, pp. 46-47).

Quanto a Portugal, o decreto de 1926 assume que o pensamento inglês e o francês, anteriormente descritos, são as mais fortes influências na reorganização operada no Exército Português, em termos de organização e de doutrina. Ainda assim, a reorganização de 1926 não contrariou os princípios fundamentais definidos na de 1911, fazendo apenas um ajuste no Exército, de forma a adaptá-lo às realidades económicas do país e à evolução na indústria dos armamentos (Ferreira, 2007, p. 265).

b. A Estratégia Militar

No *plano interno* são poucas as alterações efetuadas na estratégia de defesa do território nacional. A defesa da soberania nacional continuava a ser assegurada pela defesa da capital,

mas atendendo ao maior alcance das armas, o plano de defesa assentava na defesa dos portos de Lisboa e Setúbal e na defesa terrestre da capital, apoiado em ambas as margens do rio Tejo. A ideia subjacente ao facto de “os alemães acentuaram a sua preferência por novos tipos de obras de fortificação de campanha” (Beça, 1919, p. 454), fez abandonar o conceito de que a defesa deveria assentar em grandes fortificações.

No indicador *plano externo*, o emprego do Exército deixou de contemplar a presença no Teatro Europeu, mas continuava a política de afirmação ultramarina. De facto, a afirmação colonial fez parte da estratégia de Portugal não só nos anos que se seguiram à I GM, mas também no período da ditadura militar e do Estado Novo (Teixeira, 2003).

c. A Doutrina do Nível Tático

(1) As Operações Ofensivas

Na ofensiva, a combinação dos meios visava a posse do terreno que o inimigo ocupava, desorganizando o seu dispositivo, expulsando e perseguindo-o (Estado Maior do Exército, 1935, p. 83).

No indicador *fases da operação* há a considerar quatro fases. A *Marcha para a Batalha* era a primeira fase e tinha como propósito deslocar as tropas aos pontos onde tinham de ser empregues, compreendendo não só as Marchas Apeadas, como também os Transportes em caminhos-de-ferro ou por meios automóveis, assumindo neste caso a designação genérica de “Movimentos” (Estado Maior do Exército, 1935, p. 92-98).

Seguiam-se os *Preliminares da Batalha* com o objetivo de fixar o grosso das forças do inimigo. Quando o adversário se encontrava em movimento, a primeira preocupação era detê-lo e garantir a posse de uma linha, segundo a qual as forças se pudessem desenvolver. Quando o adversário se encontrava instalado, dispondo de um sistema de fogos adaptado ao terreno, aumentava as precauções na aproximação, mas o atacante tinha a possibilidade de efetuar reconhecimento das posições do inimigo e realizar metodicamente os preparativos para o ataque (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 108-111).

O *Desenvolvimento da Batalha Ofensiva* era a terceira fase da operação que apresentava no seu desenvolvimento a forma de ataques justapostos, sucessivos ou simultâneos, com vista a conquistar o terreno onde o inimigo se encontrava, aniquilar a sua capacidade de resistência, desorganizar o seu dispositivo, expulsando e perseguindo-o.

Seguia-se a execução do ataque, em que as unidades se deslocavam por lanços até ao inimigo, lançando de seguida o assalto (Estado Maior do Exército, 1935, p. 127-131).

A *Exploração do Sucesso e Perseguição*, quarta e última fase da operação ofensiva, realizava-se com o intuito de aumentar a desorganização do inimigo e impedir a reconstituição das suas forças (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 145-146).

Quanto às *formas de manobra*, estavam previstas duas modalidades de manobra ofensiva: a *Manobra de Rotura Frontal* e a *Manobra de Ala*.

A *Manobra de Rotura Frontal* era empregue contra um inimigo que ocupava uma frente defensiva e consistia em atuar violentamente num ponto da frente para separar as forças

em dois núcleos, atuando de frente e de flanco sobre um dos núcleos enquanto se detinha o outro, com as forças indispensáveis (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 84-85).

A *Manobra de Ala* era executada contra os flancos do adversário, com a finalidade de torner as suas defesas e atingir as suas comunicações vitais ou era executada nos intervalos entre forças, com a finalidade de as separar, desorganizar e ameaçar as suas retaguardas. Esta manobra era caracterizada pela combinação de duas direções de ataque, uma sobre a frente e outra sobre o flanco e agrupava-se em *Manobras Convergentes*, *Manobras Transbordantes*, *Manobras Torneantes* e *Manobras de Flanco* (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 86-89).

(2) As Operações Defensivas

A defensiva era adotada quando existia a necessidade de reunir meios para executar operações ofensivas, sendo para tal necessário recorrer a operações defensivas em determinados pontos da frente, uma vez que estas exigiam menos meios que a ofensiva (Estado Maior do Exército, 1935, p. 151).

No indicador *fases da operação*, a doutrina não apresentava explicitamente as fases da operação, mas a descrição realizada no Regulamento de Operações leva-nos a deduzir que a concretização do plano de defesa se dividia em cinco fases.

Na primeira fase, realizavam-se os *Combates Preliminares*, na frente da zona de resistência, na zona dos PA, com o objetivo de retardar e desorganizar o inimigo (Estado Maior do Exército, 1935, p. 174).

Na segunda fase, *Combate de Preparação*, eram executados Tiros de Interdição antes do inimigo ter desenvolvido para combate, com o intuito de retardar o seu desenvolvimento, seguindo-se a *Contra Preparação*, destinada a desorganizar o dispositivo do inimigo e neutralizar os seus órgãos essenciais.

Seguia-se a fase de *Defesa do Sector*, onde as tropas se empenhavam no combate próximo na tentativa de repelir o ataque.

Na quarta fase era realizado o *Contra Ataque*, com o objetivo de recuperar o terreno perdido. Caso o inimigo tivesse êxito no seu ataque, passava-se à quinta fase, a *Retirada*, com a finalidade de reagrupar as forças à retaguarda, a uma distância que permitisse ao defensor reorganizar-se e receber reforços (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 183-184).

Quando o objetivo da defesa era a detenção do inimigo, esta organizava-se em profundidade para permitir restabelecer a frente, logo que qualquer brecha nesta fosse aberta. Por outro lado, se o objetivo fosse apenas ganhar tempo, a resistência tinha um carácter temporário, tendo mais importância os fogos na frente do dispositivo do que o escalonamento dos meios.

No indicador *formas de manobra*, a defesa apresentava dois tipos de manobra condicionados pelo espaço existente para a sua execução: a *Manobra Defensiva Estática* (que consistia em ocupar, organizar e defender uma posição, onde se pretendia barrar por tempo indefinido uma determinada direção (Ministério da Guerra: Estado Maior do Exército, 1935, p. 154) e a *Manobra Defensiva Móvel* (onde a ocupação da posição defensiva era realizada em toda profundidade do espaço disponível (Ministério da Guerra: Estado Maior do Exército, 1935, p. 152).

Fruto dos diferentes alcances das armas, os fogos organizavam-se em três zonas: uma zona de fogos de artilharia, uma zona de fogos combinados de artilharia e infantaria e uma zona de fogos de infantaria. A zona de fogos combinados era onde se podia tirar o máximo partido das metralhadoras (Estado Maior do Exército, 1935, p. 156).

A posição era organizada em duas zonas: a zona ocupada pela infantaria (que contemplava a posição de resistência e a posição dos PA) e a zona ocupada pela artilharia. A posição de resistência era a parte essencial da posição defensiva e, a sua orla exterior constituía a Linha Principal de Resistência (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 189-190).

A segunda forma de manobra era a *Manobra Defensiva Móvel*, que podia ser de dois tipos: Retirada e Manobra em Retirada. A Retirada consistia num movimento retrógrado involuntário, com o objetivo de subtrair forças à frente, onde a capacidade de resistência deixou de ser eficaz (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 194-195).

A Manobra em Retirada era um movimento retrógrado, executado voluntariamente, com a finalidade de ganhar tempo, obrigando o inimigo a sucessivos desenvolvimentos, ou atraindo-o para um campo de batalha antecipadamente escolhido. Esta manobra era condicionada pelo tempo que era necessário ganhar, pelo espaço que se aceitava perder e pelos meios que se podiam empenhar (Estado Maior do Exército, 1935, p. 198).

Conclusões

O processo metodológico utilizado no presente texto permitiu-nos concluir que Espanha apresentou-se em todos os períodos em análise como a principal ameaça a Portugal, orientando de forma significativa o pensamento nacional relativo à forma de fazer a guerra; na verdade o emprego de forças militares está sempre condicionado pelas ameaças existentes. Face a esta ameaça, a organização militar do território continental, estava em todos os períodos em análise focada na defesa do território contra a ameaça espanhola, sendo a organização militar territorial a expressão deste pensamento.

Quanto à materialização da doutrina no treino, conclui-se que este não só era insuficiente, como também não era realizado de acordo com a doutrina, nomeadamente no que se refere à preparação do CEP em território nacional. Interessa perceber o porquê desta situação. A resposta reside num conjunto de fatores que, em conjunto, contribuíram para o desastre: desde logo, a transformação que a Primeira República operou no Exército afetando a sua coesão e operacionalidade; por outro lado, grande parte dos oficiais do quadro era assumidamente africanistas e opunham-se à presença no Teatro Europeu; somando o facto de que o corpo de oficiais do CEP era constituído maioritariamente por oficiais milicianos na posse de conhecimentos tecnológicos limitados. Estes fatores, aliados ao pouco tempo de existência desta doutrina, fizeram com que a mesma não tivesse sido devidamente integrada no treino.

Relativamente à aplicação da doutrina nas operações, foi evidente a subjugação do CEP à doutrina inglesa. Não obstante, era manifesta a semelhança desta doutrina com a do CEP, em virtude da doutrina do CEP ter sido criada com o objetivo de uma possível aplicação na I GM. Assim, concluímos que o CEP combateu de acordo com a sua doutrina, embora esta

fosse de certa forma desconhecida para a maioria dos seus militares. Uma grande parte dos militares do CEP só tiveram contacto com a mesma no teatro de operações, aquando da integração e treino nas unidades inglesas.

Quanto ao segundo objetivo específico do estudo, que se refere às principais alterações que a I GM provocou na doutrina de emprego de FT, infere-se que a letalidade trazida aos campos de batalha pela metralhadora obrigou a que os Exércitos se tivessem de enterrar para se proteger, o que transformou uma guerra de movimento numa guerra estática. Esta só foi desbloqueada quando se regressou novamente à guerra do movimento, através do emprego conjunto da aviação, dos CC, dos gases, da artilharia de tiro rápido e das comunicações rádio. A motorização e a tecnologia obrigaram a voltar ao conceito de guerra de movimento, que potenciada por estes novos elementos, transformou o campo de batalha, aumentando-o em profundidade e em largura.

Ao nível tático, a maior dispersão de forças, a capacidade de as movimentar de forma coordenada e em tempo real, a enorme letalidade e alcance das armas e a possibilidade de influenciar o combate na profundidade, nomeadamente com o emprego da motorização e da aviação, alterou a tática utilizada no Ataque Frontal, que passou a ser focalizada num ponto, com o objetivo de separar as forças adversárias em dois núcleos, batendo-as depois por partes, ao invés do anterior ataque, executado por lanços e ao longo de grande parte da frente. Ainda ao nível das operações ofensivas, estes elementos potenciaram o aparecimento de quatro novas variantes para o Ataque de Flanco/Ala: a Manobra Convergente, Transbordante, Torneante e de Flanco.

Na defesa, obrigou à evolução de uma defesa linear para uma defesa em profundidade e ao aparecimento da Defesa Móvel. Outra importante alteração resultante da evolução tecnológica e da motorização refere-se ao desaparecimento da cavalaria dos campos de batalha como arma de decisão, passando os combates a serem decididos por forças blindadas, acompanhadas pela infantaria e apoiadas pela aviação.

Relativamente ao objetivo geral deste estudo, concluímos que a experiência de combate na I GM marcou significativamente a doutrina de emprego de FT, mas a evolução tecnológica foi ainda mais determinante.

Os ensinamentos da Guerra da Secessão, da Guerra dos Bóeres e da Guerra Russo-Japonesa não foram devidamente assimilados pelos europeus. Esta desvalorização condicionou as escolas de guerra europeias a um ensino tático desfasado relativamente à evolução tecnológica, levando a que na I GM fossem aplicadas táticas napoleónicas, contra inimigos instalados em terreno preparado e na posse de armas de tiro rápido. Esta viria a ser a receita perfeita para o desastre. Estas táticas napoleónicas em confronto com a metralhadora obrigaram a que os Exércitos tivessem de se enterrar para se protegerem. Foi este impasse que originou o desenvolvimento de novas armas e novos métodos, no sentido de vencer a imobilidade da guerra.

Surgiram primeiro os gases, depois o CC e, por fim, o avião, mas é o emprego conjunto destes meios, aliados à metralhadora e ao emprego generalizado dos meios de comunicação, que permitiu vencer a imobilidade da I GM, direcionando o pensamento militar para os

recursos e, novamente, para a guerra de movimento.

O emprego de forças no *plano interno* continuou a residir na defesa da capital, mas a posição onde se resiste até ao limite é alargada relativamente ao período anterior à guerra. Esta alteração ficou a dever-se a dois motivos: o primeiro, relativo à experiência da participação na I GM, que mostrou que os alemães tinham particular interesse em executar fogos sobre as grandes fortificações, o que obrigou a abandonar as grandes obras do CEL; o segundo, relativo à evolução tecnológica, em que o maior alcance da artilharia obrigou a afastar da capital, as posições a ocupar na sua defesa.

Ao nível *tático*, a guerra de movimento fez regressar às formações de ordem perpendicular, utilizada no período anterior à guerra, abandonando-se a ordem linear.

A doutrina *ofensiva* do pós-guerra mostra uma total rutura com a doutrina e operações do período da guerra e uma semelhança inequívoca com o período do final da Monarquia. Nos períodos anteriores e posteriores à guerra verifica-se um claro espírito ofensivo e uma doutrina voltada para uma guerra de movimento.

A evolução verificada nas *formas de manobra* é também resultado da evolução tecnológica. O aparecimento do avião, do CC e dos transportes motorizados possibilitaram maior rapidez nos deslocamentos e maior proteção, permitindo realizar um combate mais profundo, obrigando a doutrina a evoluir para acompanhar a evolução que a técnica proporcionou.

A *defesa* sofreu também uma evolução considerável. Passou de uma defesa linear para uma defesa em profundidade, baseada no poder de fogo das armas, nomeadamente das metralhadoras e da artilharia. A defesa em profundidade foi um dos resultados visíveis na doutrina do pós-guerra, não sendo resultado direto desta, e sim consequência da evolução tecnológica a que esta obrigou. Esta evolução implicou que, na reorganização do Exército de 1926, sucedesse uma evolução doutrinária.

Estamos em crer que, mesmo que Portugal não tivesse participado na I GM, a evolução tecnológica que aí ocorreu obrigaria a que doutrina evoluísse, adaptando-se e acompanhando o desenvolvimento tecnológico. A guerra, especialmente para quem combateu na frente europeia, alterou de forma significativa a mentalidade dos militares, em especial na vertente tecnológica.

A guerra foi, sem dúvida, o catalisador do desenvolvimento tecnológico, mas foi o desenvolvimento tecnológico que obrigou de forma decisiva a modificar o pensamento doutrinário. Foi, pela força das armas, nomeadamente da metralhadora, que se rompeu com as ordens perpendiculares e oblíquas da guerra, passando esta a travar-se num modelo paralelo, que paralisou os campos de batalha da Europa durante quase quatro anos, transformando uma guerra de movimento numa guerra estática.

Mas foi também por força das armas, sobretudo quando se empregaram em conjunto diferentes armas das forças terrestres com o vetor aéreo, que se venceu a imobilidade, sobressaindo novamente o movimento ao invés da atrição e os modelos perpendiculares e oblíquos ao invés do paralelo. Este conceito embrional da I GM, que emprega em conjunto forças terrestres com o vetor aéreo, viria a desenvolver-se nas décadas seguintes, atingindo

o seu auge na II GM e mantendo-se até aos nossos dias.

Referências Bibliográficas

- Afonso, A. & Gomes, C.M., 2003. *Portugal Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Afonso, A. & Gomes, C.M., 2003. *Portugal na Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Amaral, F.d., 1907. *A defesa nacional*. Lisboa: A editora.
- Arrifes, M.F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos: Instituto da Defesa Nacional.
- Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da História.
- Beça, A., 1919. Lições da Grande Guerra. *Revista Militar*, agosto.
- Beça, A., 1920. *Lições da Grande Guerra II*. *Revista Militar*.
- Borges, J.V., 2003. Subsídios para o Portugal Militar: Do Armistício ao Tratado de Paz de Versalhes. In *Portugal Militar: Da Regeneração à Paz de Versalhes*. Lisboa, 2003.
- Cabral Couto, A., 1988. *Elementos de Estratégia - Aparentamentos para um Curso - Volume I*. Lisboa: IAEM.
- CEP, 1916. *Notas sobre a Guerra de Trincheira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Citino, R.M., 1999. *The Path to Blitzkrieg: Doctrine and Training in the German Army, 1920-1939*. Londres: Lynne Rienner Publishers.
- Costa, G.d., 1920. *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra: A Batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Department of Defense, 2013. *Joint Publication 1-02: Dictionary of Military and Associated Terms*. Department of Defense.
- Duarte, A.P., 2005. A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar. *Nação e Defesa*, outono-inverno. pp.33-50.
- Duarte, A.P., 2009. O Conceito de Estratégia no Pensamento Estratégico-Militar Português na Era da Guerra Total. *Nação e Defesa*, pp.177-90.
- Estado Maior do Exército, 1935. *Regulamento para o Serviço de Campanha: II Parte-Operações*. Lisboa: Papelaria Fernandes.
- Esteves, R.A., 1908. A Guerra Nacional. *Revista Militar*.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Fernandes, A.H., 2003. A Gestão do Conceito de Nação em Guerra em Portugal. Do início do século à Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, J.J.B., 2007. As Reformas das Forças Armadas Portuguesas: Da época contemporânea até ao fim das Campanhas de África do século XX. In *Estratégia*. Lisboa. pp.239-317.

- Geyer, M., 1996. German Strategy in the Age of Machine Warfare, 1914-1945. In Paret, P. *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton, N.J: Princeton University Press.
- Gray, C.S., 2005. *Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and the Evidence of History*. Londres: Taylor & Francis e-Library.
- Henriques, A.J.G.F., 2013. *A doutrina de emprego de forças terrestres no período da I GM*. Entrevistado por Cláudio Ferreira. Mafra, 08 de dezembro de 2013.
- Howard, M., 2002. *The First World War*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- IESM, 2007. In *Metodologia da Investigação Científica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. p.34.
- Jomini, B.A.-H.D., 2008. *The Art of War*. Restored Edition ed. Translated by C.G. Mendell. Ontario: Legacy Books Press.
- Kennedy, P.M., 1991. *Grand Strategies in War and Peace*. Londres: New Haven : Yale University Press.
- Kier, E., 1996. Culture and French Military Doctrine Before World War II. In Katzenstein, P.J. *The culture of national security : norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press. pp.186-215.
- Latawski, P., 2011. *The Inherent Tensions in Military Doctrine*. Camberley: Royal Military Academy Sandhurst.
- Liddell Hart, B.H., 1982. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA.
- Lousada, A.P., 2007a. *História Militar de Portugal (Apontamentos)*. Lisboa: IESM.
- Lousada, A.P., 2007b. *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal: 1820-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Lousada, A.P., 2010. O Exército na Transição da Monarquia para a República. In *A Força Militar no Período de Transição do Regime Político (1910)*. Lisboa, 2010. Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.
- Martins, F., 1945. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- Matos, L.S.d., 2003. República: Um “corpo com alma”. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ministério da Guerra, 1926. Reorganização do Exército. In *Decreto-Lei N.º 11856, de 07 de julho de 1926*. Lisboa: Diário do Governo.
- Monteiro, H.P., 1918. *Relatório sobre a situação do CEP*. Relatório de Situação. Estado-Maior do CEP.
- Oliveira, R.d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado-Maior do

Exército.

- Santos, J.A.L.d., 1991. *Como defender Portugal*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Santos, J.A.L.d., 2010. *História concisa de como se faz uma guerra*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instruções para a Infantaria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instruções para a Artilheria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, P.d., 1924. Política Naval Nacional. *Anais do Clube Militar Naval*.
- Sloan, G., 2012. Military doctrine, command philosophy and the generation of fighting power: genesis and theory. *International Affairs*.
- Sun Tzu, 2005. *A Arte da Guerra*. 5th ed. Queluz: Coisas de Ler.
- Teixeira, N.S., 2003. Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Teixeira, N.S., 2003. Portugal e a Guerra Civil de Espanha. In Teixeira, N.S. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Telo, A.J., 2003. Os Começos do Século. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa.
- Telo, A.J., 2013a. *100 Anos Grande Guerra; Portugal e a Grande Guerra: Os Condicionantes Gerais*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/> [Consult. 12 dezembro 2013].
- Telo, A.J., 2013b. *100 Anos Grande Guerra; Portugal e a Grande Guerra: Cronologia 1914*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/> [Consult. 10 dezembro 2013].